RFFSA 68

RELATÓRIO

GEN. ANTÔNIO ADOLFO MANTA (Presidente)

GEN. JOSÉ SIQUEIRA DE MENEZES FILHO (Diretor)

ENG.º JOSÉ ALOYSIO RAVACHE PERES (Diretor)

ENG.º HORÁCIO MAOUREIRA (Diretor)

ENG.º LUIZ ALBERTO NASTARI (Diretor)

ENG.º PEDRO AFFONSO DA ROCHA SANTOS (Diretor)

CEL. ENG.º WALOO SETTE DE ALBUQUERQUE (Diretor)

DIRETORIA COLEGIADA DA R.F.F.S.A.

RELATÓRIO RFFSA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONSELHO FISCAL
ASSEMBLÉIA GERAL
CONSELHO CONSULTIVO
DIRETORIA COLEGIADA
PRESIDÊNCIA
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
ASSESSORIA TÉCNICA
ASSESSORIA GERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ESCRITÓRIO DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO FERROVIÁRIO
DEPARTAMENTO JURÍDICO
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE MATERIAL
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE ENGENHARIA
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE PESSOAL
SUPERINTENDÊNCIA GERAL ADMINISTRATIVA
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE TRANSPORTE
ASSESSORIA DE ENGENHARIA LEGAL
ASSESSORIA DE DIREITOS E DEVERES
ASSESSORIA FINANCEIRA DE CONTRATOS E COMPRAS
ASSESSORIA DE ASSIST. TÉC. FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO E PESQUISA
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
DEPARTAMENTO DE ELETROTÉCNICA
DEPARTAMENTO DE MECÂNICA
DEPARTAMENTO DE VIA PERM. E OBRAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA
CENTRO ELETRÔNICO DE PROC. DE DADOS
DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
DEPARTAMENTO DE CONTADORIA
DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES
DEPARTAMENTO COMERCIAL

RELATÓRIO RFFSA

SENHORES ACIONISTAS

Ao apresentar o Relatório sucinto do resultado das suas principais atividades e realizações referentes ao exercício de 1968, bem como o Balanço Geral e o Demonstrativo da Conta de Lucros e Perdas, a Diretoria da Rêde Ferroviária Federal S. A. dá cumprimento aos preceitos legais e estatutários e, através dêsses elementos, espera e confia em que reconhecidos sejam os esforços despendidos e o seu constante propósito de corresponder à honrosa confiança nela depositada.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

O exercício de 1968 caracterizou-se pelos resultados dos mais auspiciosos para a Emprêsa, no variado aspecto das suas múltiplas atividades, podendo-se mesmo defini-lo como o ano de profundas reformas e de saneadoras iniciativas, capazes de contribuir decisivamente para o crescente desenvolvimento do sistema ferroviário nacional e para superar, ainda, a curto prazo, os inconvenientes das suas conhecidas dificuldades financeiras.

Necessitando de subvenção, desde que foi instituída, por fatôres históricos decorrentes da própria formação das antigas Ferrovias incorporadas ao seu patrimônio, teve a RFFSA, ao lado dessa contingência, de enfrentar as distorções que descaracterizavam sua verdadeira situação econômico-financeira, negativamente refletida sôbre a opinião pública e sôbre os próprios órgãos governamentais. A normalização contábil, implantada em 1968, proporciona melhor e mais exato conhecimento do real valor do trabalho pela Emprêsa produzido.

Dentro dos estreitos limites das disponibilidades financeiras, muito foi realizado nesse décimo primeiro ano de existência da Emprêsa, visando à melhoria geral do sistema, quer sob o ponto de vista administrativo, quer operacional, como adiante será exposto e analisado.

Pelo seu significado mais expressivo, cumpre, desde logo, destacar, dentre os objetivos alcançados: a conquista agressiva do mercado de transporte, mediante melhoria operacional e adequação tarifária; contenção da despesa; redução dos efetivos; condensação do número de classes funcionais e reformulação dos processos de admissão e de ascensão do pessoal; agrupamento das Unidades de Operação em sistemas regionais; reorganização estrutural homogeneizada de tôdas as Estradas; aprimoramento do processamento de dados; formulação da sistemática de cálculo de custos dos transportes; racionalização da manutenção e melhoria geral da via permanente e do material rodante, bem como das oficinas, sistemas de sinalização e de comunicações; concentração dos recursos de investimentos em obras e serviços de rentabilidade mais imediata e, finalmente, a aplicação da nova sistemática de apuração e contabilização das operações.

O resultado de todo êsse esfôrço, para levar a Emprêsa aos níveis da moderna técnica, bem pode ser apreciado através dos seguintes índices, que exprimem a evolução de 1968 sôbre o exercício anterior: 11% a mais no transporte de carga

útil; acréscimo de 10% na quantidade de passageiros de subúrbio; 8% a mais no número de unidades de tráfego produzidas; redução de 4% no efetivo e acréscimo de 12% na produtividade do pessoal; 57% de aumento na receita gestorial, contra apenas 15% na despesa; coeficiente de exploração 20% melhor e, ainda, redução de 20% no deficit em moeda nominal, ou 35% em valor deflacionado.

COORDENAÇÃO

DEPTO. DE RELAÇÕES PÚBLICAS

ARTE E IMPRESSÃO

SETOR DE DESENHO E IMPRESSÃO

ÁREA INDUSTRIAL

VIA PERMANENTE

O racional planejamento da mecanização dos trabalhos de manutenção da via permanente possibilitou, em 1968, mais eficiente aproveitamento dos equipamentos disponíveis, que passaram a cobrir 7.000 km de linha. Na RVPSC, 40% de sua extensão, ou sejam, 1.200 km, são hoje atendidos por conserva mecanizada, inclusive seu tronco de maior densidade de tráfego, que liga Paranaguá-Ponta Grossa-Ourinhos-Água Boa. Os métodos de manutenção manual foram racionalizados para operar em processo cíclico. Na RFN, a motorização das turmas de conserva imprimiu maior produtividade.

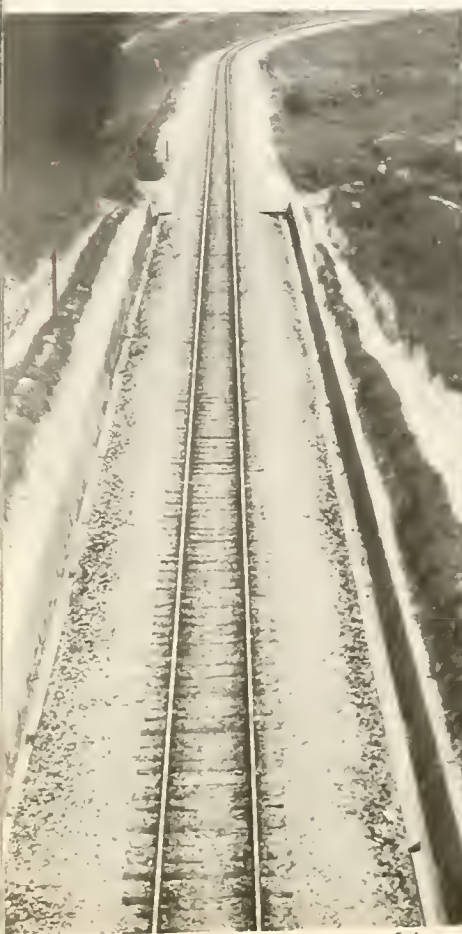



Foto 2

Foto 1

Foto 3

A soldagem de trilhos se estendeu as ferrovias do Nordeste e a extensão de linhas soldadas, na Rêde, foi acrescida de 250 km, o que representa 20% a mais, em relação ao exercício precedente

Com os recursos disponíveis, foram remodelados 700 km de linha e substituídos 320 km de trilhos, aplicando-se, ainda, 290 aparelhos de mudança de via, 3,8 milhões de dormentes, dos quais 860.000 tratados e, ainda, um milhão de metros cúbicos de pedra para lastro. Nova usina de preservação de dormentes foi instalada em Corinto, na EFCB, achando-se em fase de conclusão a montagem de outra, em João Amaro, na VFFLB. da EFCB, danificando a ponte sôbre o rio Gorutuba e impedindo, por três meses, a ligação ferroviária norte-sul do país.

4

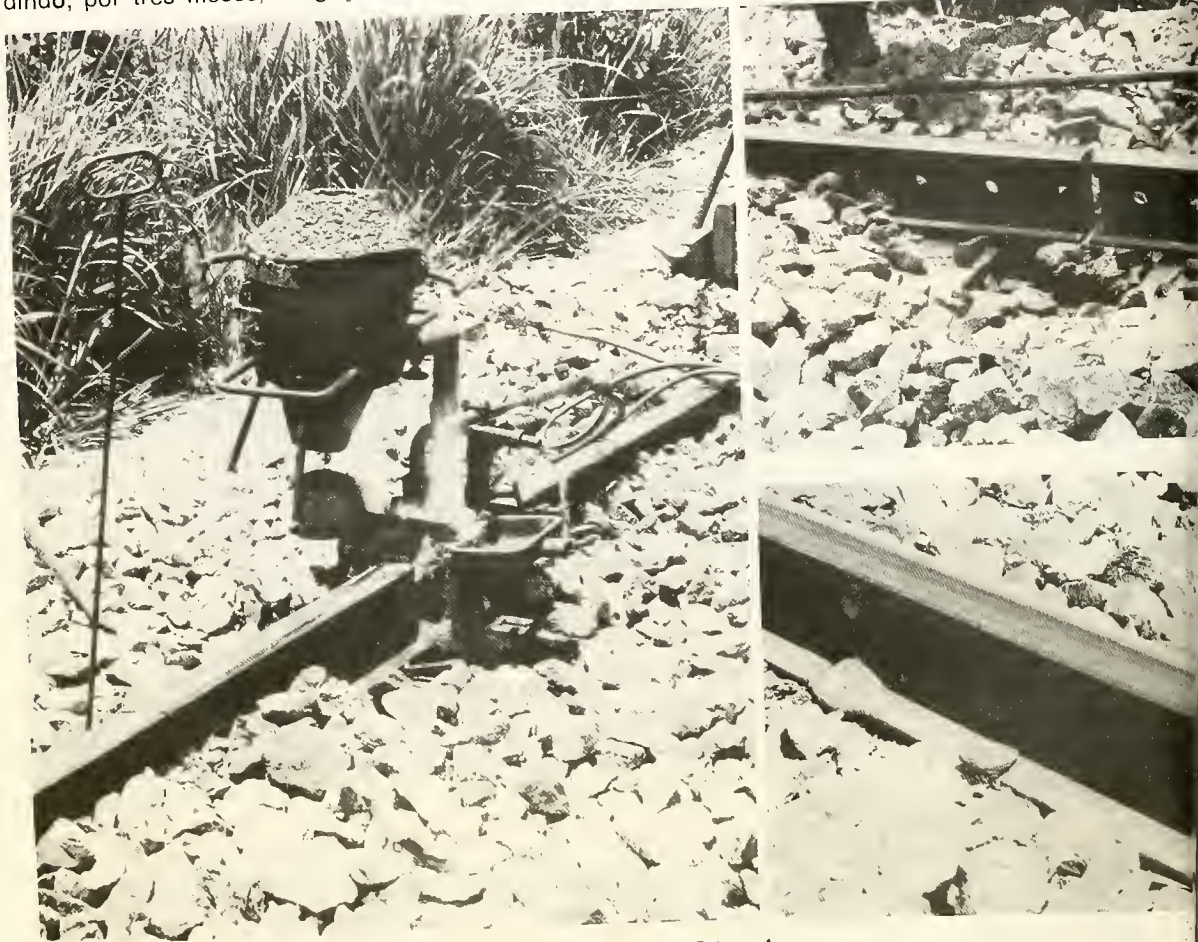



Foto 4

Especial atenção foi dispensada à VFFLB, que teve sua linha sul atingida por catastróficas precipitações pluviométricas, causando desmoronamentos em 88 cortes e em 70 aterros, com interrupção do tráfego em mais de 260 km. O mesmo fenômeno afetou também o trecho Montes Claros-Monte Azul, da EFCB, danificando a ponte sôbre o rio Gorutuba e impedindo, por 3 meses, a ligação ferroviária norte-sul do país.

Tiveram prosseguimento os trabalhos de assentamento de linha nos trechos Engenheiro Bley-Ponta Grossa (TS) e Água Boa-Cianorte, que a RVPSC executa para o DNEF.

MELHORIA DE TRAÇADOS E OBRAS

Na VFRGS, numa extensão de 103 km, entre Hulha Negra e Herval, foi entregue ao tráfego a variante de Pedras Altas, que oferece condições técnicas para triplicar a tonelagem rebocada e a velocidade dos trens.

Integrante da grande retificação Lins-Araçatuba, na EFNOB, entrou em tráfego a Variante Penápolis-Coroados, com 25 km, sendo ultimado o assentamento de linha no trecho Coroados-Guatambu, de 15 km, melhoramentos êsses que permitirão duplicar a capacidade de tração e reduzir de quase 20% a extensão do antigo traçado.

Na EFL, entrou em operação a ligação, em bitola métrica, Ambaí-Campos Elísios, com 18 km, que substituiu a precária linha da antiga EF Rio D'Ouro, ensejando à EFCB futuro acesso direto à Refinaria de Duque de Caxias, a ser atingida, também em bitola larga.

A variante Capistrano-Itapiuna, com 7 km, na RVC, foi posta em tráfego, restando, para a conclusão dêsse melhoramento, apenas 5 km, quando serão eliminados a rampa de 3% e o raio de 100 m. Em fase experimental, passou a operar a variante de Tubarão, na EFDTC, prosseguindo-se as obras de construção das variantes Santa Maria-Canabarro, na VFRGS, e Promissão-Avanhandava, na EFNOB, de alargamento entre General Carneiro-Sete Lagoas e Engenheiro Pedreira-Costa Barros, na EFCB. Foram aceleradas, ainda, a retificação Avanhandava-Penápolis (EFNOB) e a construção da variante de Criciúma (EFDTC), sendo perfurado o túnel de 426 m, que substituirá, na RVPSC, o túnel n.º 14, do trecho Curitiba-Paranaguá.

Foto 5

Possibilitando acréscimo de 63% na capacidade atual do sistema, bem como o transporte de gás liquefeito de petróleo, concluiu a EFSJ os trabalhos de assentamento, em 40 km, da segunda linha de produtos claros do oleoduto Santos-S. Paulo, que liga a Estação de Bombas, de Cubatão, ao terminal de Utinga. Em fase de conclusão se encontra a construção de duas linhas de oleoduto, de 2 km, ligando a Refinaria Gabriel Passos ao terminal ferroviário de Imbirussu, na VFCO, para o abastecimento de combustível ao Triângulo Mineiro e Planalto Goiano.

Concluíram-se as estações internacional de Corumbá e a de Arapuá, da EFNOB, bem como a de Jussara, da RVPSC, dando-se seqüência à instalação da terminal de passageiros e encomendas, da VFRGS, em Pôrto Alegre.

Na EFCB, tiveram prosseguimento as obras de adaptação das linhas, no trecho Penha Circular-Duque de Caxias, para o tráfego dos trens elétricos de bitola larga, atacando-se a construção das estações de Cordovil, Braz de Pina, Parada de Lucas, Vigário Geral e Duque de Caxias, e incrementando-se, ainda, os trabalhos de reparo da infraestrutura e de assentamento das linhas em suas posições definitivas, sem interrupção da normal circulação dos trens.

Para atender às necessidades dos serviços de cofres de carga, adaptaram-se os pátios de Engenheiro São Paulo e Marítima; melhoraram-se os de Arará, Alfredo Maia, Belo Horizonte, Hôrto Florestal e Joaquim Murtinho, na EFCB.

Foto 6

MATERIAL DE TRANSPORTE

O parque de tração recebeu mais quatro locomotivas de 1 150 HP e 18 t/eixo, integrantes de um lote de nove, adquiridas à Companhia Vale do Rio Doce. Em oficinas da própria Emprêsa foram recuperadas 40 locomotivas avariadas, elevando-se de 5% o número de locomotivas em tráfego.

À frota de vagões foram incorporadas 310 novas unidades, sendo 270 de vagões fechados de 42 t e 40 gôndolas de 54 t, o que, com a recuperação de veículos avariados, fêz crescer de 361 o número de vagões em tráfego.

A Emprêsa construiu 40 carros de passageiros, de aço carbono, achando-se em fase de montagem, na indústria particular, 26 carros de aço inoxidável, destinados aos serviços suburbanos da EFSJ, sendo também modernizados seis trens-unidades elétricas da EFCB.

Foto 7

Para entrega em 1969, foi contratada a fabricação de 400 vagões-tanques de 43 m^3 de capacidade, para bitola métrica.

Em ritmo acelerado deu-se prosseguimento aos programas de padronização de truques e engates, de substituição de rodas de ferro fundido por rodas de aço forjado laminado e de adaptação de mancais de rolamento, a fim de reduzir a

imobilização dos veículos e as despesas com a sua manutenção.

Deu-se andamento, na RVPSC e na VFRGS, aos serviços de adaptação de vagões especializados para o transporte de granéis sólidos; protótipos de vagões especializados foram construídos, um para transportar três "containers" de 20 pés, na EFCB, e outro para açúcar a granel, na RFN.

Os trabalhos de conversão do sistema de freio a vácuo para ar comprimido, nas ferrovias do Nordeste, iniciados em 1967, prosseguiram, obtendo-se a conversão de mais 945 vagões.

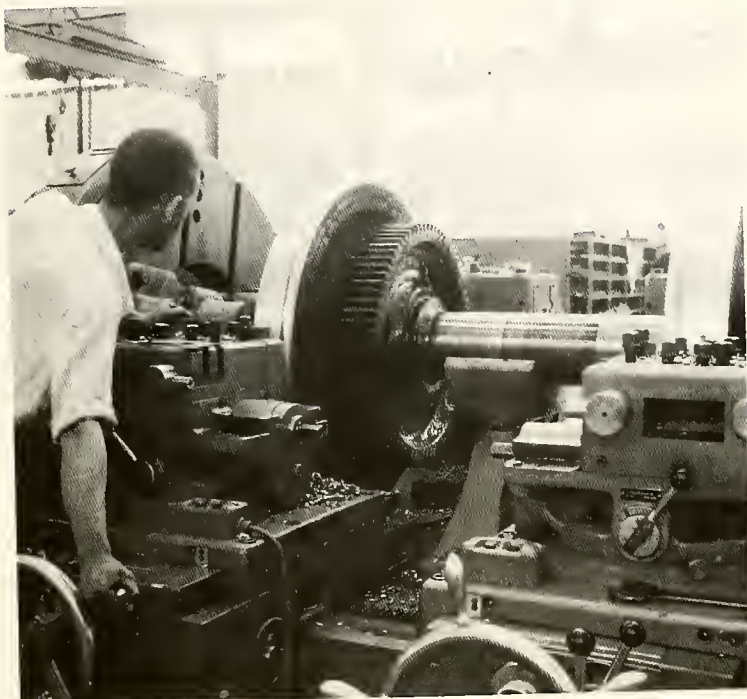



Foto 8

OFICINAS E DEPÓSITOS

Oficinas e depósitos foram construídos, adaptados, reformados e reaparelhados. Assim, o nôvo Parque Diesel de Edgard Werneck (RFN) e a Oficina Diesel de S. Francisco (VFFLB) têm adiantados os seus serviços de construção e reaparelhamento, devendo entrar em operação no decorrer de 1969; nas Oficinas de Demosthenes Rocket (RVC), de Lavras (VFCO), de Henrique Lage (EFDTC), de Bauru (EFNOB) e de Diretor Pestana (VFRGS) substanciais melhoramentos foram introduzidos; nos depósitos de Triângulo. Maceió e Natal (RFN), de Cachoeira Paulista (EFCB), de Ponta Grossa (RVPSC) e de Iaçu (VFFLB) realizaram-se obras de adaptação e reforma; concluíram-se os postos de revisão de Bauru (EFNOB), de Manoel Feio (EFCB), de Prudente (VFCO) e de Santa Maria (VFRGS), colocando-se em funcionamento, finalmente, fresadoras subterrâneas para rodeiros, na RFN e na VFRGS.

Foto 9

COMUNICAÇÕES

Os trabalhos de implantação de moderno sistema de telecomunicações foram desenvolvidos com intensidade. Assim, as novas centrais de telex e telefônicas permitirão atender, na RVPSC e na VFRGS, 50 estações interligadas através de equipamentos de ondas portadoras, aplicadas em linhas aéreas, numa extensão da ordem de 5.000 km. Equipamentos "CARRIER" telefônico e telegráfico, de procedência italiana, e centrais de telex, de fabricação alemã, de valor superior a NCr$ 1 milhão, foram recebidos para a melhoria do sistema de comunicações, devendo ser instalados e entrar em operação em 1969. As linhas aéreas dos trechos Ponta Grossa-Ourinhos-Maringá, na RVPSC, e Pôrto Alegre-Santa Maria-Cruz Alta e Santa Maria-Bagé, na VFRGS, foram revisadas e 1.000 km de linha da rêde aérea foram remodeladas, achando-se outros 600 km em fase de conclusão.

Na EFCB, dos nove centros telefônicos previstos no projeto de modernização das comunicações do eixo Rio-S. Paulo-Belo Horizonte, sete tiveram concluidas suas instalações; deu-se prosseguimento à expansão e melhoria dos sistemas telefônicos seletivos, e os serviços de instalação dos equipamentos nos trechos Recife-Palmares, da RFN, e Indubrasil-Ponta Porã, da EFNOB, foram concluidos.

Outro empreendimento de grande alcance é o sistema de ligação em HF (ISB fonia e grafia) que unirá a sede da Administração Geral da Emprêsa, no Rio de Janeiro, às sedes de suas diversas Unidades de Operação, onde foram aplicados, em 1968, NCr$ 2 milhões, achando-se já concluídas as obras civis nas estações transmissoras e receptoras do Rio, Curitiba, Recife e Fortaleza, e em fase adiantada as de Pôrto Alegre e Salvador.

Os equipamentos, em Recife, têm sua montagem quase concluída e as estações do Rio de Janeiro e de Curitiba acham-se em fase experimental de operação.

SINALIZAÇÃO

O sistema de sinalização, na EFSJ, foi beneficiado com o prosseguimento da instalação do CTC, dotado de "cab signal" e "speed control", sendo concluída a montagem da tôrre de contrôle do CTC e cabine de rotas da Estação da Luz, introduzindo-se, ainda, modificações de campo no pátio dessa mesma Estação.

Na EFCB ultimaram-se os trabalhos de montagem do CTC, no trecho Bangu-Campo Grande, e idênticos serviços se realizaram no trecho Lafaiete-Barreiros, reformando-se também o sistema do trecho Três Rios-Lafaiete.

ELETRIFICAÇÃO

O sistema eletrificado da EFCB, na área da Rio Light, teve seus equipamentos e instalações melhorados e adaptados à freqüência de 60 Hz. Mais de 2 km de linha aérea se estenderam, a fim de possibilitar a composição de trens elétricos no pátio de cargas de Alfredo Maia, e o projeto da eletrificação do trecho Penha Circular-Duque de Caxias teve sua execução concluída.

Com a erradicação do sistema eletrificado da RVPSC, ditada pelas inadequadas condições do projeto executado e pela inviabilidade econômica de sua imediata recuperação, os respectivos equipamentos e material rodante estão sendo transferidos para a VFCO, que os vem aplicando na melhoria de suas linhas e na conversão, para 3.000 volts, do trecho Barra Mansa-Augusto Pestana.

ÁREA COMERCIAL

TRANSPORTE REALIZADO

Graças à adoção de uma política de tarifas condizente com o mercado, o transporte de passageiros do interior reagiu ao declínio dos três últimos anos, apresentando um acréscimo, em 1968, de 3% no número de passageiros/quilômetro movimentados em relação ao exercício anterior.

Foto 10

O transporte suburbano de passageiros acusou sensíveis melhorias na regularidade de horários e na oferta de acomodações, correspondidas com um acréscimo de 10% na quantidade de passageiros transportados. Na área do Rio de Janeiro, que representa 70% do transporte de subúrbio em tôda a Rêde, a movimentação diária atingiu ao número récorde de 605.000 passageiros transportados em 883 trens diários.

Perdurou a tendência de declínio do transporte de bagagens e encomendas e de animais, os primeiros em face das suas características não tipicamente ferroviárias e o último, pelo adequado estímulo à instalação de frigoríficos em locais mais próximos das zonas de pecuária. A participação dêsses transportes, em relação à carga geral ferroviária, passou de 2,9%, em 1967, para 2,5% em 1968.

Apesar da flexibilidade do caminhão na movimentação de cargas e da expansão da rêde rodoviária nacional, conseguiu a RFFSA, em 1968, bater todos os seus récordes no transporte ferroviário de mercadorias, ultrapassando a casa dos 10 bilhões de toneladas-quilômetro, com um acréscimo de 11% sôbre o trabalho realizado no exercício precedente.

Além da carga ferroviária, que representou o deslocamento récorde de 30,5 milhões de toneladas a uma distância média de 343 quilômetros, outro resultado auspicioso foi o nôvo récorde obtido com o oleoduto Santos-São Paulo, onde foi vencida a barreira dos 13 milhões de toneladas de combustível transportado, com um crescimento de 2% sôbre a tonelagem bombeada em 1967. A carga total pela Rêde transportada em 1968 aproximou-se, pois, da expressiva cifra de 44 milhões de toneladas.

O quadro seguinte sintetiza e confronta os valôres da carga transportada no período 1966/68:

milhões de unidades

ESPECIFICAÇÃO	1966	1967	1968
TONELADAS ÚTEIS	42,3	41,6	43,8
sistema ferroviário	29,4	28,6	30,5
sistema rodoviário	0,2	0,1	0,1
oleoduto	12,6	12,9	13,2
TONELADAS - QUILÔMETRO UTEIS	10.047,7	9.850,9	10.857,9
sistema ferroviário	9.630,5	9.481,9	10.464,1
sistema rodoviário	72,1	11,4	7,2
oleoduto	345,1	357,5	386,6

A participação das principais mercadorias no trabalho total produzido está expressa, a seguir, com o correspondente acréscimo de toneladas-quilômetro em relação ao resultado do ano precedente.

MERCADORIAS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL	ACRÉSCIMO 1968/67
MINÉRIO DE FERRO	28%	9%
CIMENTO	9%	16%
MADEIRA	6%	8%
CAFÉ	5%	79%
CARVÃO MINERAL	4%	16%

Quanto ao trabalho ferroviário nas Unidades de Operação, dignos de nota são os seguintes acréscimos na tono-quilometragem de carga geral produzida, todos superiores à média de 10,4% obtida em tôda a RFFSA:

UNIDADE DE OPERAÇÃO	ACRÉSCIMO 1968/67
V F F L B	27%
R V P S C	22%
V F C O	21%
E F S J	16%
E F No B	13%

Continuou em destaque a posição ímpar da EFCB que, juntamente com a RVPSC e VFRGS, integra o conjunto de estradas responsáveis por 70% do transporte ferroviário de carga da RFFSA. A participação das Unidades de Operação nesse trabalho, em 1968, assim se expressa:

UNIDADE DE OPERAÇÃO	EFCB	RVPSC	VFRGS	EFNoB	VFCO	EFSJ	RFN
PARTICIPAÇÃO NO TRAB. FERROVIÁRIO	46,3%	13,8%	10,1%	7,0%	6,9%	5,3%	3,1%

UNIDADE DE OPERAÇÃO	EFL	VFFLB	EFDTC	RVC	EFSLT	EFSCt
PARTICIPAÇÃO NO TRAB. FERROVIÁRIO	2,8%	1,9%	1,4%	1,3%	0,1%	0,0%

Considerando o transporte de combustível, através do oleoduto Santos-São Paulo, a participação da EFSJ, na tono-quilometragem total da RFFSA, se situaria imediatamente após a VFRGS.

CONVÊNIOS DE TRÁFEGO MÚTUO INTERNACIONAL

A assinatura do nôvo convênio de intercâmbio de material rodante entre a RFFSA (VFRGS) e a Emprêsa Ferrocarriles Argentinos (Ferrocarril General Urquiza), objetivando o incremento do transporte ferroviário no comércio entre o Brasil e a Argentina, ensejou uma pronta movimentação de 20.000 toneladas de trigo importado, realizada com pleno êxito e com economia de preço do produto no mercado moageiro nacional; café e madeira representaram, em contrapartida, os produtos exportados.

Em caráter experimental, iniciou-se a conjugação rodoferroviária Assunção-Guarapuava-Paranaguá, que possibilitará ao Paraguai acesso àquele pôrto servido pela RVPSC, achando-se em fase de elaboração o convênio regulamentador.

Foto 11

A integração ferroviária Brasil-Bolívia, decorrente do convênio celebrado com o Ferrocarril Yacuiba-Santa Cruz-Corumbá, facultou a interligação Três Lagoas-Santa Cruz de La Sierra, que constitui mais um passo para a consolidação da Transcontinental Santos-Arica.

MEDIDAS OPERACIONAIS

Foi incrementada a utilização do sistema de tração múltipla, minorando-se os custos parciais médios e suprindo-se a carência de maquinistas. O remanejamento do material rodante e de tração, entre as Unidades de Operação, possibilitou o atendimento das sobrecargas de demanda na época das safras e, com maior utilização de silos de transbordo, sugadores e vagões graneleiros simplificaram-se as operações de carga e descarga de mercadorias a granel.

A EFCB, além do movimento de quase 200 "containers" de café solúvel para exportação, estendeu tal serviço à carga geral no eixo Rio-São Paulo, atingindo, ao fim do exercício, um transporte mensal de 1.200 cofres de carga de 20 t; na RVPSC os "containers" de 5 t foram utilizados, inclusive, no transporte de trigo a granel. A conjugação rodoferroviária foi altamente estimulada e o reaparelhamento dos pátios e terminais proporcionou a redução do período de imobilização dos veículos.

A extensão da operação ferroviária ao trecho Pires do

Rio-Brasilia trouxe novas correntes de tráfego à VFCO. A conclusão da ligação Terezina-Altos, de 41 km, permitiu ligar a EFSLT com a antiga EF Central do Piaui, abrindo novas perspectivas ao transporte na região.

Foi iniciado o intercâmbio de tração com a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, ensejando a formação de trens diretos, com liberação de locomotivas e melhor rotação dos vagões.

Em prosseguimento ao programa de transformação de estações de pequeno porte em "paradas" e de erradicação de trechos antieconômicos, fecharam-se 143 estações, bem como foi suspenso o tráfego em 369 km de ramais comprovadamente antieconômicos e sem possibilidade de recuperação imediata.

Aos usuários a Emprêsa pôde proporcionar, em 1968, maior regularidade no horário e menor tempo de percurso.

COMERCIALIZAÇÃO DOS TRANSPORTES

Para uma racional fixação de tarifas, implantou-se uniforme sistemática de apuração de custo de transporte, acompanhada de adequada estrutura de análise e contrôle.

Foto 12

A concorrência do caminhão foi combatida, sendo estabelecidas várias tarifas especiais, muitas das quais para fazer frente à diferença de quilometragem entre os percursos ferroviários e rodoviários. As Unidades de Operação, visando ao aproveitamento dos vagões vazios e de retôrno, concederam abatimentos tarifários, até o limite mínimo previsto pelo custo parcial médio. A tarifa do minério de ferrc passou a obedecer a flutuação da taxa de câmbio e o carvão, finalmente, conseguiu ter seu frete parcialmente reajustado.

Foto 13

As passagens de subúrbio também sofreram pequenas e imprescindíveis correções, à exceção da área do Rio de Janeiro, onde as injunções de ordem social as mantiveram nos mesmos níveis de 1965. As tarifas dos serviços de passageiros também foram reajustadas, de forma a se situarem em níveis condizentes com o mercado de transporte, evitando-se, por êsse meio, o esvaziamento dos trens de passageiros do interior.

Tôda essa política tarifária propiciou uma conquista agressiva de transporte e representou alteração profunda no " status " vigente há longos anos, e o resultado alcançado está consubstanciado no aumento de 1 bilhão de toneladas-quilômetro de mercadorias e de 22% na receita de transporte, em relação aos níveis do ano anterior.

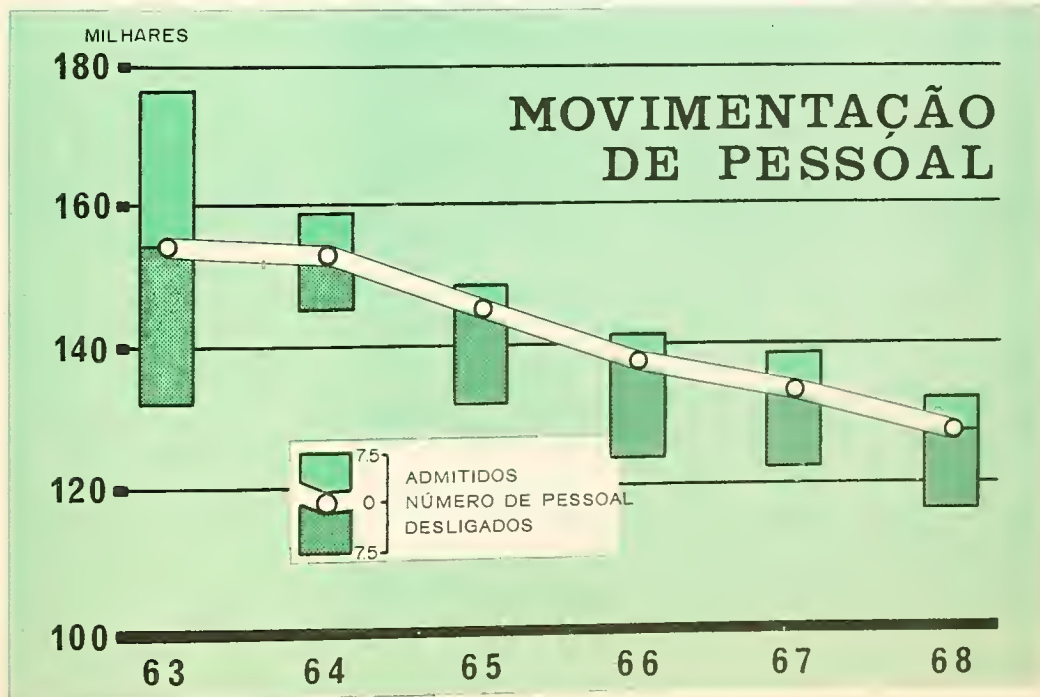
ÁREA DO PESSOAL

O exercício de 1968 assinalou o prosseguimento da política de perfeita compreensão entre a Emprêsa e o seu pessoal, mantendo-se o mesmo clima de mútuo entendimento observado nos anos anteriores, com os mais favoráveis reflexos na produtividade por empregado, que aumentou de 12% em relação ao ano precedente:

EFETIVO

ANO	NÚMERO DE EMPREGADOS	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO
1963	154.001	100
1964	153.434	99
1965	145.821	95
1966	138.587	90
1967	133.384	87
1968	128.269	83

Com o objetivo de não exceder o limite do Quadro Industrial fixado pela Diretoria e homologado pelo Ministério dos Transportes, reajustes foram realizados nos quantitativos das diversas Unidades de Operação, em função das reais necessidades dos serviços, conseguindo-se não só atingir aquêle limite, como até mesmo reduzi-lo. Fixado em 131.000 ferroviários o Quadro Industrial, a 31 de dezembro contava a Rêde com um efetivo de apenas 128.269 emprègados, havendo, assim, redução de 5.100 homens, ou seja, de 3,8% sôbre o efetivo do exercício precedente e isso sem comprometer a segurança do tráfego e sem criar problemas sociais.

A evolução do efetivo de pessoal é demonstrada a seguir:

Êsses 128.269 ferroviários são constituídos de 87.229 (68%) servidores da União cedidos à RFFSA, na conformidade do disposto no art. 15 da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957, e de 41.040 empregados trabalhistas (32%), na sua maioria remanescentes das antigas Ferrovias, antes em regime especial.

DESPESA

A política de contenção na área do pessoal pode ser avaliada quando se considerar que, atendida a majoração salarial de 20%, deferida por fôrça de lei, a despesa total acresceu de apenas 15% em relação ao ano precedente.

Em moeda constante em 1967, houve um real decréscimo de 8% nessa despesa, que também foi reduzida em relação à participação no dispêndio geral da Emprêsa, como se evidencia nos quadros abaixo:

EVOLUÇÃO NA DESPESA DE PESSOAL

EXERCÍCIO	DESPESA - NCr$ milhões		RELAÇÃO
	PESSOAL	TOTAL	
1963	148,2	206,2	72%
1964	241,7	349,5	69%
1965	308,8	496,1	62%
1966	403,4	621,5	65%
1967	510,7	798,5	64%
1968	588,3	921,2	64%

PARTICIPAÇÃO NA DESPESA TOTAL DA RFFSA

EXERCÍCIO	DESPESA - NCr$ milhões		EVOLUÇÃO
	NOMINAL	DEFLACIONADA	
1963	148,2	148,2	100
1964	241,7	126,6	85
1965	308,8	103,0	69
1966	403,4	97,2	66
1967	510,7	95,7	65
1968	588,3	88,9	60

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Com a implantação, em 1967, do Plano Simplificado de Classificação de Cargos (PSCC), as admissões passaram a ser efetuadas em apenas 130 classes, de atribuições racionalmente definidas, em substituição às 811 anteriormente existentes; foi, assim, obtido um contrôle de lotação que permitiu à RFFSA fixar seu Quadro Industrial, pela primeira vez, com substancial redução no efetivo então existente. O pessoal cedido foi totalmente classificado nas 130 novas classes, permanecendo o trabalhista, anteriormente admitido, ocupando as antigas 811 classes, então consideradas extintas.

Em 1968, porém, as 811 classes extintas se reduziram a 106, enquanto que as 130 novas classes do PSCC foram condensadas em apenas 100, sendo, ainda, elaboradas normas gerais, nas quais se definem os novos processamentos de admissões e critérios de ascensão.

Para aplicação do PSCC , a Emprêsa atualizou as promoções do pessoal de regime trabalhista, normalizando a sua concessão e adotando idêntico critério em relação aos servidores cedidos, inclusive no tocante aos acessos, que, na quase totalidade das Unidades de Operação, não se verificavam desde 1960.

Característica das mais importantes e de profunda repercussão é a isonomia salarial e de atribuições em que foram agora colocados os servidores cedidos e trabalhistas, integrados em um quadro uniforme, independentemente dos seus regimes jurídicos, inclusive quanto a promoções, sem prejuízo dos direitos adquiridos, escopo êste perseguido desde a criação da Emprêsa.

Caminha a RFFSA, assim, para a mais completa homogeneidade de seus quadros, com a eliminação das distorções na remuneração do pessoal e com a solução do grave problema decorrente dos desvios funcionais, que permitirá baixar, em futuro próximo, o efetivo para 120.000 empregados.

NORMAS SÔBRE DIREITOS E DEVERES

Entre as medidas importantes, no campo das relações da Emprêsa com os seus servidores, cabe destacar os estudos submetidos ao Govêrno, visando à reformulação da legislação aplicável ao pessoal e conseqüente eliminação da diversidade de regimes jurídicos e melhor desenvolvimento da política empresarial.

Adequado serviço de auditoria vem sendo implantado, visando à homogeneização dos critérios adotados e proporcionando a solução de velhos problemas na área previdenciária.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

Para desenvolvimento do pessoal e valorização da mão-de-obra, 11.497 servidores participaram de cursos e seminários, o que representou o treinamento, em um ano, de 9% do efetivo total da Emprêsa. Tal trabalho absorveu dispêndio da ordem de NCr$ 7,5 milhões, cobertos, em 45%, com recursos do acôrdo RFFSA/SENAI.

Foto 14

Foto 15

POLÍTICA DE BEM-ESTAR

A assistência ao ferroviário, em 1968, desenvolveu a tendência de buscar melhor coordenação com os órgãos assistenciais do Govêrno e de motivar os próprios servidores a participarem na solução dos seus problemas sociais.

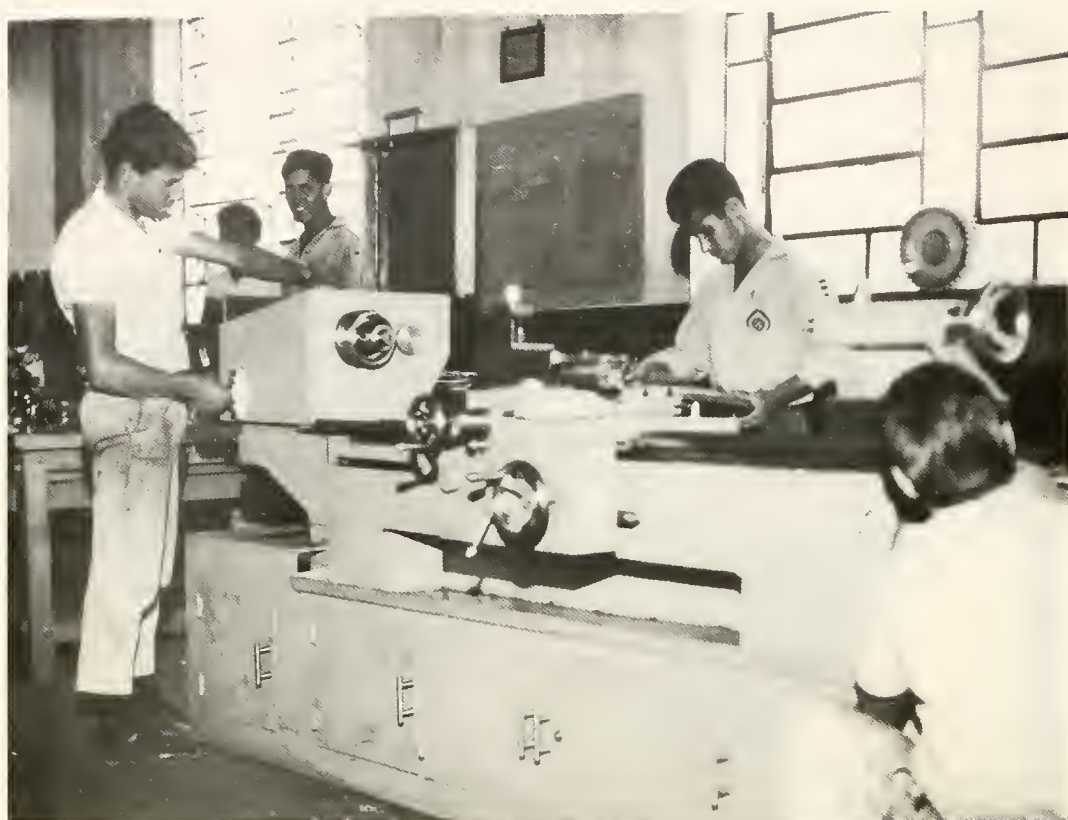
No campo da saúde, mais estreito entrosamento com os serviços do INPS e dos órgãos oficiais existentes em cada região possibilitou melhor assistência médico-odontológica, sem elevação do custo dos serviços. Os 60 ambulatórios, 123 postos médicos, 89 gabinetes dentários e 6 hospitais da Emprêsa efetuaram 1.860.000 atendimentos.

Foto 16

Seguiu-se a orientação de sòmente serem mantidos serviços de ensino onde não fôsse possível a educação básica, obrigatória, ministrada pelos podêres públicos ou órgãos comunitários. Foram mantidas 19 unidades de ensino pré-primário, 128 escolas primárias, 8 de nível médio, 28 profissionais e 23 outras de atividades de economia doméstica, oferecendo-se, no conjunto, 30.600 matrículas.

A criação de cooperativas de consumo e o desenvolvimento das existentes têm sido incentivados para um perfeito equacionamento dos problemas de abastecimento de gêneros ao pessoal, sendo melhoradas as condições de operação comercial dos 60 serviços de reembolsáveis.

Redução sensível foi obtida no número de acidentes do trabalho e no índice de gravidade, graças às medidas prevencionistas adotadas, através do maior apoio dado às 142 CIPAs existentes. Finalmente, entendimentos se ultimaram com o INPS para integração da RFFSA no seguro de acidentes do trabalho.

Foto 17

ÁREA DO MATERIAL

AQUISIÇÃO

Visando à substituição das importações pelo suprimento de peças sobressalentes e equipamentos passíveis de serem progressivamente produzidos no país, realizaram-se contratos com a indústria nacional e fizeram-se pesquisas para estabelecimento dos lotes econômicos a nacionalizar. Busca-se, dêsse modo, não só reduzir as despesas com a aquisição antecipada de divisas e ônus posteriores, bem como diminuir o prazo de entrega do material, cuja irregularidade também se reflete na imobilização de locomotivas.

CONTRÔLE

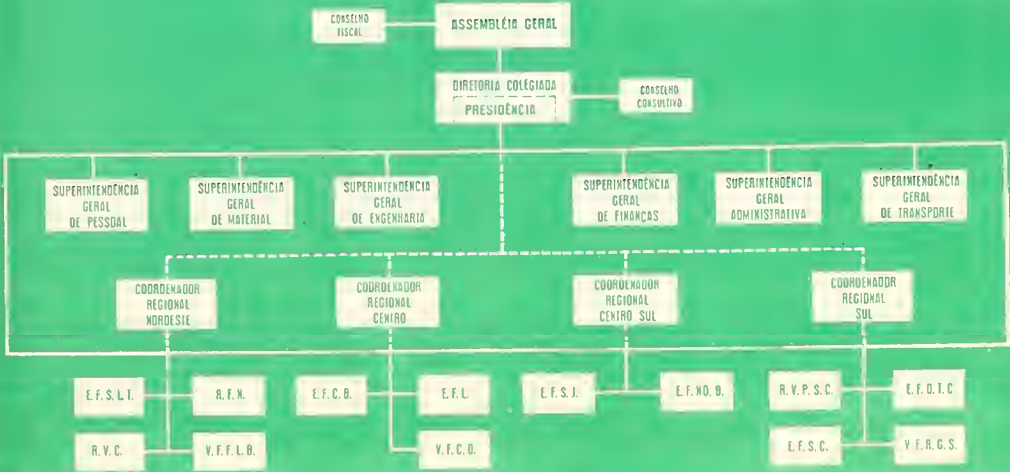
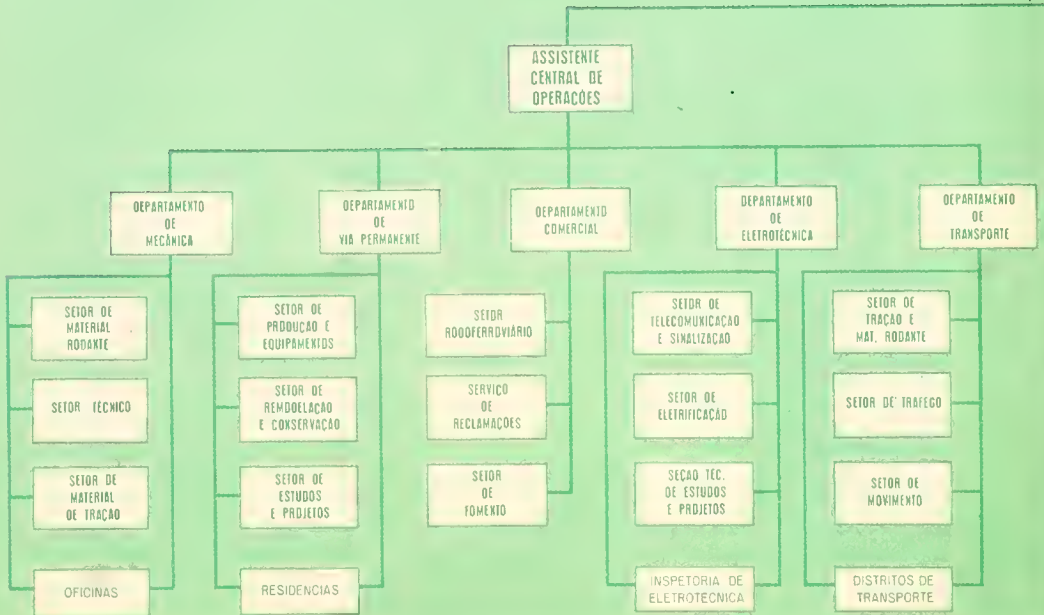
A preparação de bases uniformes e a modernização do equipamento para o contrôle das especificações conduziram à elevação do padrão de qualidade do material ferroviário utilizado pela Emprêsa.

CODIFICAÇÃO

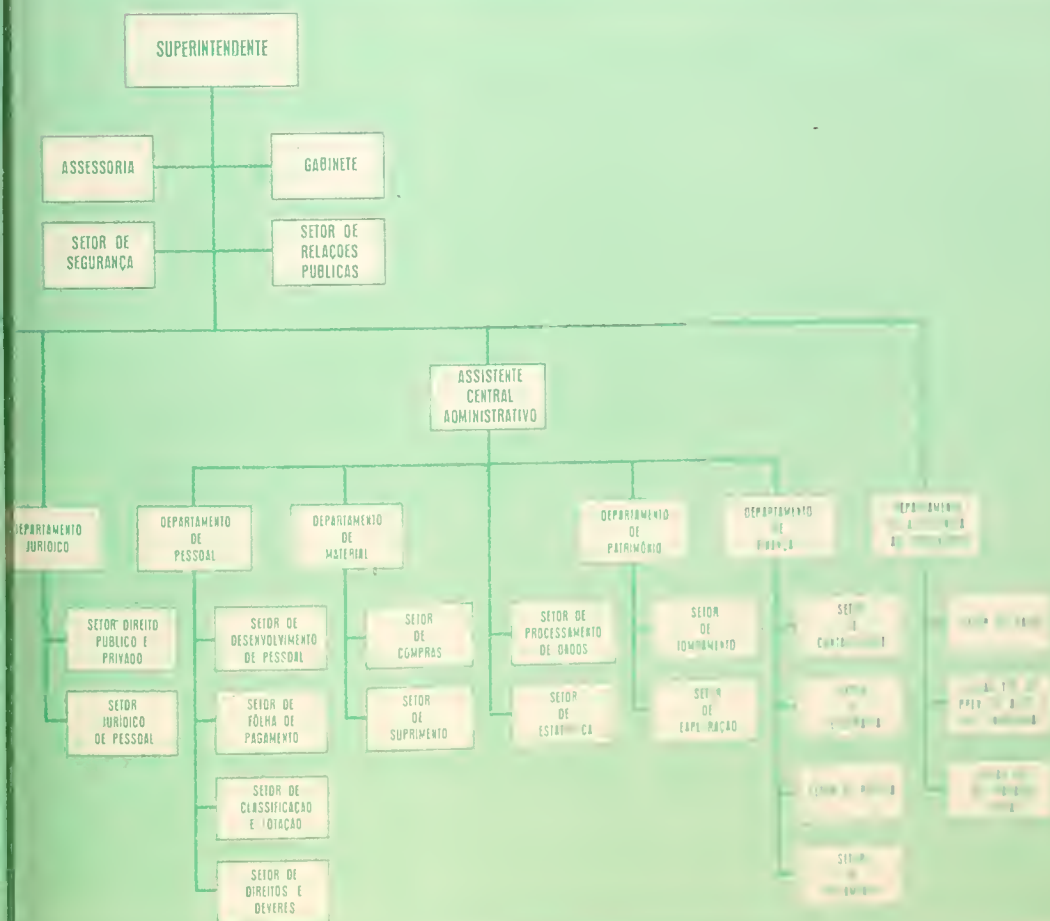
Teve prosseguimento a execução do programa de uniformização da nomenclatura, mediante listagem e estruturação de código de 30.000 itens, número quatro vêzes superior ao constante do programa desenvolvido no exercício precedente.

MEDIDAS GERAIS

A ampliação da área de estocagem, a progressiva normalização dos suprimentos, a simplificação da rotina de aquisição, o remanejamento do material entre Unidades de Operação e a dinamização da venda de material inservível constituem, sem dúvida, fatos que marcaram o desenvolvimento da Emprêsa na área de material.

COORDENADORIAS REGIONAIS

UNIDADE-TIPO DE OPERAÇÃO

ÁREA ADMINISTRATIVA

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

As estruturas orgânicas das Unidades de Operação foram totalmente revistas, completadas e homogeneizadas e pela primeira vez, ficaram definidos e padronizados os órgãos de todos os níveis administrativos e técnicos, enquadrados em organogramas uniformes para tôdas as Estradas, respeitadas as peculiaridades regionais. A elaboração de novas estruturas se processou concomitantemente com a revisão dos correspondentes cargos em comissão, cujo número passou a ser da ordem dos 6.000.

Essa racionalização das estruturas, além de já propiciar uma radical alteração da metodologia de trabalho, se constituiu em passo objetivo para possibilitar o agrupamento das Unidades de Operação em quatro Sistemas Regionais. E para que tais agrupamentos não venham a provocar solução de continuidade nas atividades administrativas e operacionais das atuais Unidades, estudos foram elaborados para definir a forma de implantação progressiva do sistema, ficando o desempenho dêsse planejamento sob a orientação de quatro coordenadores Regionais que atenderão à Regional Nordeste, constituída pelas EFSLT, RVC, RFN e VFFLB; à Regional Centro, integrada pelas EFCB, EFL e VFCO; à Regional Centro-Sul, formada pelas EFSJ e EFNOB e, finalmente, à Regional Sul, agrupando às RVPSC, VFRGS, EFDTC e EFSCt.

Desligada a antiga Estrada de Ferro Central do Piauí da supervisão administrativa da RVC, incorporou-se aquela Estrada à EFSLT, em face do estabelecimento da interligação Terezina-Altos.

RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

Serviços de consultoria internacional, da mais alta experiência ferroviária, foram selecionados e assessôres da SOFRERAIL estão sendo contratados para se constituírem em equipe com o pessoal técnico especializado da Emprêsa, a fim de se proceder a estudos com vistas à melhoria dos métodos operacionais e ao aperfeiçoamento das rotinas contábeis e dos levantamentos estatísticos.

Na Guanabara criou-se um Centro Eletrônico de Processamento de Dados para atender à EFCB, EFL e Administração Geral, passando, assim, a Emprêsa, a operar diretamente seu terceiro computador eletrônico.

Foto 18

MEDIDAS GERAIS

Nova fonte de recursos de investimentos obteve-se do Govêrno com a criação de um fundo ferroviário, que fará a RFFSA participar de 5% da arrecadação do Impôsto de Exportação, a partir de 1969, mantendo, ao mesmo tempo, a cota-parte do Impôsto Único sôbre Combustíveis e Lubrificantes, em definitivo.

Projetos e estudos, objetos do convênio com o BNDE, foram concluídos e submetidos à apreciação daquele Órgão para obtenção de financiamento, sem embargo da execução das obras, já em andamento.

Foto 19

ÁREA FINANCEIRA

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

O valor do Ativo e Passivo, apurado em 31-12-1968, ascendeu a NCr$ 2.420.149.196,23, com refôrço da situação do Ativo, que sofreu uma variação positiva líquida de NCr$ 134.161.879,52. No cômputo dessa variação não está considerado o valor de NCr$ 437.358.902,59, correspondente às operações internas entre a Administração Geral e as Unidades de Operação da Emprêsa.

O Passivo, excluindo-se a variação do Não-Exigível (Capital-Fundos), sofreu uma variação líquida positiva de apenas NCr$ 36.065.404,34, também excluídas as operações internas, no valor geral de NCr$ 431.238.524,06.

AUMENTO DE CAPITAL

O Capital Social da Emprêsa, que em 1967 era de ... NCr$ 511.067.240,00, foi, por resolução da Assembléia Geral dos Acionistas, realizada em dezembro de 1968, aumentado para NCr$ 631.554.472,00.

A variacão verificada, de NCr$ 120.487.232,00, decorre da aplicação dos recursos recebidos para investimentos, no exercício de 1967, bem como do patrimônio líquido representativo das Estrada- de Ferro Ilhéus, Estrada de Ferro Santa Catarina e Viação Férrea do Rio Grande do Sul, em face de sua incorporação de direito à RFFSA:

— Cota-parte do Impôsto Único sôbre Combustíveis e Lubrificantes	103.306.980,97
— Taxa de Melhoramentos (resíduo) ..	1.622.478,66
— Patrimônio líquido das Estrada de Ferro Ilhéus, Santa Catarina e Viação Férrea do Rio Grande do Sul ...	15.557.772,37
	120.487.232,00

Com o aumento ocorrido, o Capital Social da Emprêsa, representado por acões de valor nominal de NCr$ 1,00, nominativas e integralizadas, passou a ser de:

— Ações ordinárias de União (72%) ...	455.116.258,00
— Ações preferenciais dos Estados (22%)	141.152.120,00
— Ações preferenciais dos Municípios (6%)	35.286.094,00
	631.554.472,00

FUNDOS DIVERSOS

Durante o exercício foram levados à conta de Fundos Diversos recursos de distintas origens, apresentando-se, em 31-12-1968, a seguinte posição

— Para aumento de Capital:	
Cota-parte do Impôsto Único sôbre Combustíveis e Lubrificantes	126.470.325,13
Resíduo anterior	1.936.28
	126.472.261,41
— Para Convênio RFFSA/SENAI	1.371.149,10
— Para fins diversos:	
Fundo para Renovação do Oleoduto	3.820.758,17
Fundo para Expansão do Oleoduto	3.820.758,17
Fundo para o Departamento de Assistência ao Ferroviário	3.156.981,39
Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários	27.616.663,78
Fundos Convênios RFFSA/DNEF	3.800.000,00
Fundo de Garantia de Tempo de Serviço	16.360.956,17
Fundo para Investimento (Recursos de vendas de sucata)	5.891.684,45
Fundos Diversos	1.998.821,50
	194.310.034,14

Relativamente ao exercicio de 1967, apresentou esta conta uma variação líquida para mais, no importe de .... NCr$ 44.063.811,21.

FINANCIAMENTOS

Para atender a compromissos de financiamentos externos, foram efetuados, no exercício, pagamentos no montante de US$ 27,554,096.40 e CAN$ 428,005.20, dos quais .... US$ 25,376,964.46 pelo Tesouro Nacional. O saldo devedor dêsses encargos passou a ser de US$ 133,987,798.64 e ...... CAN$ 1,336,877.20, respectivamente.

Ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico foi paga a importância de NCr$ 15.184.867,80, sendo o saldo para liquidação dos débitos anteriores reduzido a NCr$ 24.264.867,80.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

As realizações financeiras, graças ao apoio das autoridades governamentais, puderam apresentar notável dinamização com a liquidação dos compromissos do exercício e dos encargos residuais provenientes de períodos anteriores. A atividade financeira centralizada envolveu o montante de .... NCr$ 750.661.091,13, com recursos oriundos de transferências do Tesouro (71%), cota-parte de Impôsto Único sôbre Combustíveis e Lubrificantes (17%), cobranças e operações de crédito bancário (11%) e outros (1%). Os dispêndios atenderam suprimentos às Estradas (89%), aquisição centralizada de materiais (4%), despesa com a Administração Geral (2%) e outros (1%).

INVESTIMENTOS

As inversões de capital, levadas a efeito em 1968, atingiram a NCr$ 137.553.309, aplicados nos seguintes setores orçamentários:

	NCr$
— Material rodante de tração	24.465.066
— Trens Elétricos	3.258.927
— Equipamento de Carga e Socorro	445.832
— Armazéns e estações	1.011.598
— Eletrificação e Sinalização	7.786.234
— Comunicação e Licenciamento	4.947.576
— Pátios, desvios e terminais	1.882.857
— Via Permanente	27.519.406
— Variantes	11.819.716
— Pontes, Túneis e Cortes	2.406.925
— Oficinas, depósitos, postos de abastecimento e revisão	4.015.346
— Investimentos Diversos	10.011.768
— Oleoduto	7.480.287
— Encargos de Financiamento	30.501.771
	137.553.309

NORMALIZAÇÃO CONTÁBIL

Em 1968, em consonância com as disposições do Decreto-Lei n.º 5/66 e regulamentação posterior, passou a Emprêsa a contabilizar em sua receita a contrapartida de alguns serviços prestados sem remuneração, de encargos imputáveis ao Govêrno, os quais lhe oneravam a despesa, desfigurando o verdadeiro resultado do exercício. Os valôres dêsses encargos incorporaram-se, assim, à receita referentes à conta de - "Insuficiências Tarifárias", onde são lançadas as complementações devidas pela União quando, por motivos de ordem social e por esta determinado o congelamento de tarifas, ou sua manutenção em níveis inferiores à capacidade de absorção do mercado de transporte; às contas de "Transportes Compulsórios não Remunerados" os transportes gratuitos determinados pelo Govêrno; às contas de "Ressarcimento de Encargos Impostos pela União" os ônus decorrentes das vantagens legais atribuídas ao pessoal cedido à Em-

prêsa pela União, tais como diferença no valor do salário-família e gratificação proporcional a tempo de serviço, as despesas de conservação de passagens de nível e, finalmente, as remanescentes de atividades suprimidas. Essa nova maneira de apurar os resultados é de há muito aplicada nas mais importantes ferrovias estrangeiras, que, inclusive, não contabilizam como subvenção para cobertura do deficit os recursos destinados à manutenção da via permanente.

RESULTADOS DA GESTÃO

32 Incluindo atividades do exercício ferroviário e aquelas não essencialmente ligadas a essa operação, os resultados gestoriais, contabilizados de acôrdo com a nova sistemática, traduzem-se pelos seguintes valôres em NCr$:

Receita

Exercício Ferroviário	408.579.416,11	
Independente Ex. Ferr.	162.581.001,10	571.160.417,21

Despesa

Exercício Ferroviário	768.184.325,85	
Independente Ex. Ferr.	153.067.755,34	921.252.081,19

Deficit

Exercicio Ferroviário	359.604.909,74	
Independente Ex. Ferr.	- 9.513.245,76	350.091.663,98

Em relação ao exercício anterior, verificou-se, portanto, uma redução de 20% no deficit, com aumentos de 57% na receita e 15% na despesa. No que tange à exploração ferroviária houve um acréscimo de 30% na receita e de apenas 2% na despesa.

Não processadas as correções das distorções contábeis para homogenização comparável aos exercícios anteriores, os resultados de gestão passariam a ser em NCr$:

Receita aparente

Exercício Ferroviário	384.043.909,72	
Independente Ex. Ferr.	55.226.852,12	439.270.761,84

Despesa aparente

Exercício Ferroviário	875.550.175,31	
Independente Ex. Ferr.	45.701.905,88	921.252.081,19

Deficit aparente

Exercício Ferroviário	491 506 265,59	
Independente Ex. Ferr.	—9 524 946,24	481 981 319,35

Excluidos os efeitos da normalizacão contábil, ainda assim os resultados de gestão não seriam menos favoráveis, porquanto ocorreriam aumentos de 21% na receita contra apenas 15% na despesa e tão sòmente 11% no deficit aparente, em relação ao exercício anterior.

A normalização contábil representou, em relação aos antigos critérios de apuração, aumento de 30% na receita gestorial; a receita do exercicio ferroviário cresceu de apenas 6%, porém a despesa correspondente foi reduzida de 14%, posto que se transferiram às contas independentes do exercício ferroviário aquêles encargos estranhos à atividade industrial, impostos à Emprêsa.

LUCROS E PERDAS

Graças ao incremento das receitas de exploração ferroviária e de empreendimentos diversos e, principalmente, à compreensão dos órgãos governamentais, quanto aos suprimentos financeiros, conseguiu a Emprêsa atender com maior regularidade seus compromissos, eliminando, ainda, substancial volume de obrigações acumuladas pela insuficiência das subvenções concedidas em exercícios anteriores. Assim, no Balanço das Contas de Resultado da Emprêsa, o exercício de 1968 registrou um superavit econômico de NCr$ 52.468.565,52, que, adicionado à absorção do prejuízo das estradas recém-incorporadas, possibilitou reduzir para NCr$ 7.152.337,38 o saldo devedor de NCr$ 62.502.208,03, registrado na conta de Lucros e Perdas do ano anterior.

RESULTADOS COMPARADOS

A evolução positiva dos resultados de gestão torna-se manifesta diante dos dados constantes dos quadros abaixo:

EXERCÍCIO	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1968
RECEITA - NCr$ milhões	59,8	108,1	211,0	290,6	362,9	571,2	439,3
DESPESA - NCr$ milhões	206,2	349,5	496,1	621,5	798,5	921,2	921,2
COEFICIENTE DE EXPLORAÇÃO	3,448	3,233	2,351	2,139	2,200	1,613	2,097

EXERCÍCIO	DEFICIT - NCr$ milhões		ÍNDICE REAL DEFLACIONADO
	NOMINAL	DEFLACIONADO	
1963	146,4	146,4	100
1964	241,4	126,5	86
1965	285,1	95,1	65
1966	330,9	79,7	54
1967	435,6	81,6	56
1968	350,1	52,9	36
1968 SEM NORMALIZAÇÃO CONTÁBIL	482,0	72,8	50

Independentemente da normalização contábil, é de se destacar que o coeficiente de exploração de 2,097 é o melhor alcançado pela Emprêsa nos últimos 10 anos, e que o próprio deficit aparente representa, em moeda constante, uma redução de mais de 10% sôbre o resultado de 1967, a demonstrar que já se restringiu à metade o saldo negativo apurado em 1963. O deficit contabilizado em 1968, deflacionado a 1967, corresponde a um valor 35% inferior ao dêsse exercício anterior.

A recuperação econômico-financeira da RFFSA, a partir de 1964, se reflete, também, na decrescente participação do Tesouro Nacional na cobertura do deficit gestorial em cada exercício, como se demonstra a seguir:

ANO	SUBVENÇÃO - NCr$ milhões		EVOLUÇÃO REAL	PARTICIPAÇÃO NA DESPESA DA RÊDE
	NOMINAL	DEFLACIONADO		
1963	179,6	179,6	100	87%
1964	286,4	150,1	84	82%
1965	283.5	94,5	53	57%
1966	319,8	77,0	43	51%
1967	386,0	72,3	40	48%
1968	364,8	55,1	31	40%

SUBSIDIÁRIAS

RÊDE FEDERAL DE ARMAZÉNS FERROVIÁRIOS S/A

A despeito das condições adversas do mercado armazenador, inteiramente alheias ao seu contrôle e à sua área, conseguiu a AGEF contornar muitas das dificuldades que se apresentaram no decorrer de 1968, e manter a sua tradição de Emprêsa superavitária, encerrando o exercício com lucro líquido de NCr$ 369.489,56, ou seja, de 7% sôbre o seu capital social.

O comércio armazenador é dos mais sensíveis à conjuntura nacional, pelo fato de sofrer reflexos diretos do movimento do mercado produtor, das tendências dos centros de consumo e de exportação e, ainda, da política de crédito à producão. Os dois últimos exercícios, em relação ao anterior de 1966, sem dúvida excepcional, colocaram as emorêsas de armazéns gerais em posição de expectativa, a refletir-se desfavoràvelmente em seus negócios, sendo que, em 1968, a retração do mercado armazenador se acentuou em decorrência dos seguintes e principais fatôres: a nova orientação do IBC, em ampliar a própria capacidade de armazenamento do café de sua propriedade; a expansão das companhias estatais de armazéns gerais; a fuga dos produtos ensacados, adquiridos pelo Govêrno, em S. Paulo, para garantia dos preços mínimos do mercado consumidor e, finalmente, a política adotada com relação à comercialização das safras.

Foto 20

Não ficou a AGEF imune a essa contingência, e tudo fêz para conquistar novos clientes e diversificar suas atividades. Nesse sentido, reduziu de forma sensível os gastos com o pessoal, conseguindo formar um quadro de empregados que, incluídos os do serviço de administração, representa um número inferior a 4 por armazém; adquiriu e pôs em funcionamento máquinas de baixo custo, com as quais assegurou rápido e econômico escoamento aos cereais a granel, numa primeira etapa de medidas para atingir a desejada articulação de seus armazéns com o trem e com o navio; procedeu, utilizando-se de veículos apropriados, ao expurgo e conservação de mercadorias nos próprios depósitos do produtor, em regiões distantes; pôs em funcionamento a primeira estrutura plástica móvel utilizada no Brasil, importada dos Estados Unidos, em abril de 1968, que, em outubro seguinte, já se pagava com os serviços prestados.

Os seus 70 armazéns, disseminados pelos Estados de São Paulo, Paraná e Goiás, receberam e estocaram mercadorias equivalentes, no seu conjunto, a 4.280.000 sacas de 60 kg, representados por 230.000 t de produtos agrícolas e 28.000 de

industrializados. Nesse total, o café se apresentou ainda, como o produto de maior volume, com 1.318.000 sacas, seguido do feijão, com 1.154.000, e do milho, com 911.000.

Em suas atividades de agente despachador da RVPSC, no norte do Paraná, a AGEF promoveu a expedição de 1.746.861 volumes, correspondentes a 104.068 t de produtos agricolas, participando, dêsse modo, de forma ativa, para o incremento dos transportes ferroviários, dentro dos seus objetivos estatutários, carreando também mercadorias para as linhas da EFSJ.

Finalmente, por intermédio de sua nova Superintendência de Distribuição de Derivados de Petróleo, que mantém depósitos com capacidade para 19 milhões de litros, e com sua frota de 200 vagões-tanques, a AGEF recebeu da Petrobrás, para distribuição à EFCB, EFL e VFCO, cêrca de 170.000.000 de litros de óleo diesel e combustiveis, no valor de NCr$ .... 27.515.038,78, garantindo permanente estoque de segurança dêsses produtos em seus depósitos para a operação ferroviária em qualquer emergência.

URBANIZADORA FERROVIÁRIA S/A

Essa subsidiária, com um capital de apenas NCr$ 200 mil, e com um quadro permanente de 39 servidores, incluindo sua Diretoria, deu, em 1968, prosseguimento às obras de construção do Edifício-Sede da RFFSA, concluindo as instalações internas.

Foto 21

Realizou também as obras complementares e de urbanização do Conjunto Residencial do Engenho de Dentro, possibilitando a entrega de 432 apartamentos e a de 336 outros e 28 residências, já no inicio de 1969.

Foto 22

Procedeu a Urbanizadora à avaliação de 166 diversos imóveis localizados nos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Bahia, S. Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Ceará, abrangendo uma área de quase 29 milhões de metros quadrados, no valor de NCr$ 4.570.000,00; legalizou e registrou em nome da RFFSA 42 outros imóveis, localizados em diversos pontos do território nacional, procedendo, além disso, à venda de 409 propriedades sem qualquer utilidade para a Emprêsa, pelo preço total de NCr$ 5.100.000,00.

Para aproveitamento de áreas, realizou estudo em Areal, Araruama e Atafona, no Estado do Rio de Janeiro, e elaborou para o IBGE projeto destinado à construção de Nova Inspetoria Regional de Estatística, em João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Ao encerrar o exercício de 1968, apurou a Urbanizadora um lucro líquido de NCr$ 234.181,40, que correspondem a 117% do seu capital social, superando em 51% o lucro obtido no exercício precedente.

Foto 23

Foto 24

PRINCIPAIS RESULTADOS ESTATÍSTICOS

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	1966	1967	1968
EXTENSÃO DAS LINHAS	km	25.093	25.116	24.986
De bitola de 0,76 m	km	246	246	246
De bitola de 1,00 m	km	23.095	23.116	22.986
De bitola de 1,60 m	km	1.752	1.754	1.754
Das quais, eletrificadas	km	1.260	1.187	1.187
LOCOMOTIVAS EM TRÁFEGO (1)	um	1.512	1.483	1.398
Vapor	um	621	567	438
Diesel	um	824	851	894
Elétricas	um	67	65	66
CARROS EM TRAFEGO (1)	um	3.027	3.016	2.967
Passageiros	um	2.071	2.073	2.078
Dormitóiros	um	173	175	180
Restaurantes	um	124	125	118
Correios e bagagens	um	380	357	314
Outros	um	279	286	277
VAGÕES EM TRÁFEGO (1)	um	31.862	31.553	31.914
Abertos	um	8.900	9.005	8.805
Fechados	um	14.489	14.230	14.449
Pranchas	um	4.091	4.047	3.013
Gaiolas	um	2.196	1.998	2.051
Outros	um	2.186	2.273	2.696
TRENS FORMADOS	um	867.491	804.016	832.929
Passageiros	um	574.994	518.494	535.662
Mistos	um	66.371	62.393	64.992
Cargas	um	226.126	223.129	232.275
TRENS QUILÔMETRO	milhar	71.185	68.391	69.706
Passageiros	milhar	36.352	33.617	33.717
Mistos	milhar	8.483	8.755	8.993
Cargas	milhar	26.350	26.019	26.996
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS	milhar	302.125	292.899	318.581
Interior	milhar	46.583	40.106	39.301
Subúrbio	milhar	255.542	252.793	279.280
PASSAGEIROS QUILÔMETRO	milhar	10.332.189	9.680.770	10.297.704
Interior	milhar	3.781.605	3.023.472	3.108.576
Subúrbio	milhar	6.750.584	6.657.298	7.189.128
TONELADAS ÚTEIS	milhar	42.288	41.583	43.756
Serviço ferroviário	milhar	29.413	28.563	30.486
Bagagens e encomendas	milhar	237	147	122
Animais	milhar	662	512	471
Mercadorias	milhar	28.514	27.904	29.893
Oleoduto	milhar	12.633	12.972	13.238
Serviço rodoviário	milhar	242	48	32
TONELADAS QUILÔMETRO ÚTEIS	milhar	10.047.723	9.850.888	10.857.891
Serviço ferroviário	milhar	9.630.464	9.481.923	10.464.038
Bagagens e encomendas	milhar	55.040	36.187	26.215
Animais	milhar	290.678	244.067	233.708
Mercadorias	milhar	9.284.746	9.201.669	10.204.115
Oleoduto	milhar	345.148	357.515	286.623
Serviço rodoviário	milhar	72.111	11.450	7.230
TONELADAS QUILÔMETRO BRUTAS	milhar	28.193.170	28.079.933	30.197.205
UNIDADES DE TRÁFEGO (2)				
Com subúrbio	milhão	20.163	19.163	20.760
Sem subúrbio	milhão	13.412	12.505	13.573
DENSIDADE MÉDIA DE TRÁFEGO				
Total (3)	milhar	416	406	450
Carga geral (4)	milhar	384	378	419
PRODUTIVIDADE DO MATERIAL RODANTE E DE TRAÇÃO				
Unidades Motriz (5)	milhão	11,2	10,6	12,0
Carros (6)	milhão	4,2	3,8	4,0
Vagões (7)	milhar	302,2	300,5	327,9
PESSOAL EMPREGADO (8)	um	138.587	133.384	128.269

NOTA —
Os dados referentes ao ano de 1968 estão sujeitos à retificação.
(1) Valôres médios anuais. — (2) Toneladas quilômetro úteis de carga + passageiros quilômetro. — (3) Toneladas quilômetro úteis por quilômetro de linha, inclusive passageiros convertidos a 70 e 90 quilogramas, no tráfego de subúrbio e interior, respectivamente. — (4) Toneladas quilômetro úteis por quilômetro de linha. — (5) Milhões de unidades de tráfego por unidade motriz. — (6) Passageiros quilômetro por carro. — (7) Toneladas por quilômetro úteis de carga por vagão. — (8) Inclusive Administração· Geral.

CONCLUSÃO

Ao encerrar o presente Relatório, sente-se a Diretoria no dever de manifestar o seu reconhecimento pela alta compreensão do Govêrno ao criar, recentemente, o FUNDO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO FERROVIÁRIO, que assegurará à Emprêsa melhores recursos de investimentos, abrindo, assim, novas perspectivas para a expansão e a modernização do sistema ferroviário federal, com a execução dos seus planos plurianuais.

Deseja, ainda, afirmar que os auspiciosos resultados, pela Emprêsa obtidos em 1968, não seriam alcançados sem a colaboração de todo o pessoal, que não lhe faltou em dedicação, competência e entusiasmo.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1969

ANTÔNIO ADOLFO MANTA
Presidente

GERALDO SOARES DE ALBERGARIA

JOSÉ ALOYSIO RAVACHE PERES

LAFAYETTE DE CASTRO FERREIRA BANDEIRA

LUIZ ALBERTO NASTARI

PEDRO AFFONSO DA ROCHA SANTOS

WALDO SETTE DE ALBUQUERQUE

PARECERES

CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA, no uso das suas atribuições, e em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, após examinar o parecer do Conselheiro-Relator, o Balanço Geral, a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e o Resultado do Exercicio Ferroviário, relativos ao exercício de 1968, manifesta-se pela aprovação da referida matéria, nos têrmos da deliberação tomada em sua 124.ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1969

a) Antônio Santos de Oliveira
Presidente
a) José Gomes de Oliveira
a) Ary Francisco Rodrigues

CONSELHO CONSULTIVO

No cumprimento de dispositivos regimentais e na condição de relator designado pelo Conselho Consultivo, examinamos, na medida do possível permitido pela exigüidade do tempo, o Relatório da Diretoria, Balanço e Contas de Lucros e Perdas do exercício de 1968.

Muito nos apraz registrar a operosidade da Diretoria da Emprêsa, no sentido de alcançar índice satisfatório em todos os setores de atividade da mesma.

Inicialmente, os Senhores Diretores anunciam o ano em causa como o das profundas reformas e de iniciativas saneadoras em favor do sistema ferroviário nacional.

Em abono do que afirma o Relatório, destaca-se a conquista agressiva do mercado de transportes, mediante melhoria operacional e adequação tarifária, além de outras medidas de ordem técnica e administrativa, tudo fartamente demonstrado na aplicação de uma sistemática de apuração que se aprimora cada ano em razão das iniciativas que se renovam.

Graças a essa orientação, a Emprêsa oferece os melhores índices de sua evolução no ano de 1968 em comparação com o exercício anterior, como sejam: 11% a mais no transporte de carga útil; acréscimo de 10% na quantidade de passageiros de subúrbio; 8% a mais no número de unidades de tráfego produzidas; redução de 4% no efetivo e acréscimo de 12% na produtividade do pessoal; 57% de aumento na receita gestorial, contra apenas 15% na despesa; coeficiente de exploração 20% melhor e, ainda, redução de 20% no deficit em moeda nominal, ou 35% em valor deflacionado.

ÁREA INDUSTRIAL

Mereceram referência as mais destacadas preocupações de melhoria e eficiência nas áreas relacionadas com a via permanente em todos os setores, de modo a aproveitar econômicamente os equipamentos disponíveis.

Referindo-nos à via permanente, há a considerar os percalços da Emprêsa em relação às catástrofes resultantes das altas precipitações pluviométricas, desmoronamento em 88 cortes e 70 aterros, interrompendo o tráfego em mais de 260 km, além de uma ponte que impediu, por 3 meses, a ligação ferroviária norte-sul do país.

Ainda no setor relacionado com a área industrial não menores cuidados merecem os seguintes fatos: traçado de obras, material de transporte, oficinas e depósitos, comunicações, sinalização e eletrificação.

ÁREA COMERCIAL

No que se refere às atividades de ordem comercial da Emprêsa, verificou-se o acréscimo de 10% de passageiros, que no Rio de Janeiro corresponde a 70% do transporte de subúrbio em tôda a Rêde, atingindo 605 000 transportados em 883 trens diários.

Apesar da concorrência, registrou a Rêde um transporte ferroviários de mercadorias superior a casa de 10 bilhões de toneladas-quilômetro, com acréscimo de 11% sôbre o trabalho realizado no exercício precedente.

Além da carga ferroviária, mantém a Rêde o transporte através do oleoduto Santos-São Paulo.

As observações do Relatório estão sintetizadas em quadros sempre comparativos com o ano precedente e, algumas vêzes, um período de 4 e 5 anos.

Alude ainda às seguintes atividades: convênio de tráfego mútuo internacional, medidas operacionais, comercialização de transportes.

Tôda essa politica tarifária propiciou maior conquista nos transportes e o resultado está consubstanciado no aumento de 1 bilhão de toneladas-quilômetro de mercadorias e de 22% na receita de transporte, em relação aos niveis do ano anterior.

ÁREA DO PESSOAL

Continua ponto crucial da administração da Emprêsa o problema de pessoal, a começar pela multiplicidade de legislações e culminando pelas peculiaridades singularíssimas que se constatam na remoção para aproveitamento, em outros serviços da mesma Emprêsa, dos antigos servidores.

Com referência a pessoal, merece aplausos o Plano Simplificado de Classificação de Cargos, que permitiu que as admissões na Emprêsa fôssem efetuadas em apenas 130 classes, de atribuições racionalmente definidas, em substituição às 811 anteriormente existentes, valendo salientar que êsse trabalho foi efetivado com o devido resguardo aos direitos dos servidores, não causando transtornos insanáveis.

Ainda constituíram objeto de estudo e providências as normas sôbre direitos e deveres, desenvolvimento do pessoal de mão-de-obra e politica de bem-estar.

ÁREA DO MATERIAL

Nessa área foi aplicada uma politica de reformas e substituições de equipamento, usando de preferência a produção nacional, seguida de contrôle, codificação, bem como de medidas gerais complementares e simplificação e eficiência dos serviços.

ÁREA ADMINISTRATIVA

As estruturas orgânicas das Unidades de Operação foram totalmente revistas, completadas e homogeneizadas e pela primeira vez ficaram definidos e padronizados os órgãos de todos os niveis administrativos e técnicos em organogramas uniformes para tôdas as Estradas, respeitadas as peculiaridades regionais.

As providências de caráter administrativo e racionalização do trabalho propiciaram à Administração uma infra-estrutura capaz de coordenar com mais eficiência tôdas as fôrças de trabalho, no sentido do interêsse da Emprêsa.

ÁREA FINANCEIRA
Situação Patrimonial

A situação patrimoniai da Emprêsa é lisonjeira.

O aumento de Capital ocorrido no exercicio, resultante da

incorporação do saldo credor da Conta de Lucros e Perdas, bem como das cotas do Impôsto sôbre Lubrificantes, Taxa de Melhoramentos e Patrimônio Líquido das Estrada de Ferro Ilhéus, Santa Catarina e Viação Férrea do Rio Grande do Sul, totalizando NCr$ 120.487.232,00, elevaram o Capital a ...... NCr$ 631.554.472,00, assim distribuídos:

Ações ordinárias da União (72%)	455.116.258,00
Ações preferenciais dos Estados (22%)	141.152.120,00
Ações preferenciais dos Municípios (6%)	35.286.094.00
	631.554.472,00

Os diversos fundos somaram NCr$ 194.310.034,14, superando, assim, o montante do ano precedente em .... NCr$ 44.063.811,21.

Investimentos

As inversões de Capital, levadas a efeito em 1968, atingiram a cifra de NCr$ 137.553.309,00, aplicados nos diversos setores, de acôrdo com os orçamentos.

Normalização Contábil

Por fôrça do Decreto-lei n.º 5/66 e regulamentação posterior, passou a Emprêsa a contabilizar em sua receita a contrapartida de alguns serviços prestados sem remuneração e de encargos imputáveis ao Govêrno, os quais lhe oneravam a despesa, desfigurando o resultado do exercício.

Trata-se de providências debatidas neste Conselho.

Resultados de Gestão

A receita da Rêde atingiu, no exercício em tela, em relação ao precedente, aumento de 57% na receita e de 15% na despesa, com redução de 20% no deficit.

Lucros e Perdas

Nesse capítulo, informa o Relatório que as providências de ordem administrativa, aliadas à compreensão dos órgãos governamentais, possibilitaram à Emprêsa regularizar obrigações acumuladas pela insuficiência das subvenções concedidas em exercícios anteriores.

Assim, registrou o Balanço das Contas de Resultado do exercício de 1968 um superavit de NCr$ 52.468.565,52 que, somado à absorção dos prejuízos das Estradas recém-incorporadas, possibilitou reduzir para NCr$ 7.152.337,38 o saldo devedor de NCr$ 62.502.208,03, registrado na Conta de Lucros e Perdas do Balanço anterior.

Resultados comparados

Independente da normalização contábil, apresenta o Relatório quadros comparativos dos diversos exercícios, com referência à receita, despesa, coeficiente de exploração, deficit e subvenções, concluindo que o coeficiente de exploração é o melhor alcançado pela Emprêsa nos dez últimos anos.

Vale enfatizar a decrescente participação do Tesouro Nacional, cujo índice, tomando-se como 100 o do ano de 1963, foi reduzido, em 1968, para 31.

SUBSIDIÁRIAS

Rêde Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S. A. — AGEF

Também no setor de armazéns gerais, contornando situações adversas, conquistando novos clientes e diversificando atividades, conseguiu a Emprêsa pôr em funcionamento uma estrutura prática, inédita no Brasil, tornando rentável essa entidade subsidiária da Rêde.

Neste capítulo, registra ainda o relatório que a nova Superintendência de Derivados de Petróleo mantém depósitos com capacidade para 19 milhões de litros e uma frota de 200 vagões-tanques, garantindo plenamente estoques de segurança dêsses produtos, a fim de atender operações ferroviárias em qualquer emergência.

O lucro líquido auferido pela Rêde Federal de Armazéns Gerais Ferroviários atingiu ao total de NCr$ 369.489,56, ou seja, 7% do seu capital social.

Urbanizadora Ferroviária S. A.

Também tem capítulo destacado no Relatório, pelos resultados obtidos, a Urbanizadora Ferroviária S. A., subsidiária da Rêde.

Ao encerrar o Balanço do exercício de 1968 apurou a Urbanizadora o lucro líquido de NCr$ 234.181,40, superando em 51% o do exercício anterior.

Finalizando o presente parecer, devemos destacar as atenções dispensadas pela Diretoria da Rêde a êste Conselho.

Tôda vez que foram solicitadas quaisquer informações, não só o Presidente dêste Conselho — Eng.º WALDO SETTE DE ALBUQUERQUE, como o próprio Presidente da Rêde — Gen. ANTONIO ADOLFO MANTA, promoveram o comparecimento de Chefes de Setores para os esclarecimentos mais completos e exaustivos. Durante o ano de 1968 os Chefes das Seções de Contabilidade e de Pessoal, por mais de uma vez,

apresentaram cabal demonstração das atividades, sobretudo as relacionadas com as reformas administrativas.

Queremos crer que, com as providências adotadas e as possibilidades da infra-estrutura, preparadas no corrente exercício, poderá a Emprêsa oferecer melhores resultados no exercício que vem de começar.

Ao mencionar essa conduta da Diretoria da Rêde, permita-nos lembrar a figura destacada do antigo Presidente dêste Conselho, MANOEL AZEVEDO LEÃO, que honra a classe da Engenharia Ferroviária e que continua presente na galeria de homens públicos do Brasil e que dignifica a Sociedade Brasileira.

Homenagens póstumas

Queremos, ao encerrar o presente Parecer, prestar a homenagem de saudade aos dignos companheiros Engenheiros HEITOR SANTIAGO BERGALO, representante da Confederação Nacional da Indústria, e ROSALDO GOMES DE MELLO LEITÃO, representante da Rêde, que deixaram, neste Conselho, vagas que, sem desmerecer os substitutos, só por morte foi possível preencher.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1969

AMARO CAVALCANTI - Conselheiro - Relator - Confederação Nacional da Agricultura

WALDO SETTE DE ALBUQUERQUE - Presidente

Conselheiros:

ALBERTO GONÇALVES GOMES - Representante dos Serviços Técnicos da Emprêsa

AMÉRICO FERNANDES DA CUNHA FILHO - Confederação Nacional do Comercio

FERNANDO DE SÁ OLIVEIRA - Representante do Pessoal

FRANCISCO MÁRIO CHIESA - Representante dos Serviços Técnicos da Emprêsa

JOSÉ MANOEL FERNANDES - Confederação Nacional do Comercio

OTTO E. V. DE ANDRADE GIL - Representante dos Serviços Técnicos da Emprêsa

PAULO MÁRIO FREIRE - Confederação Nacional da Indústria

PERICLES DE ALBUQUERQUE DIAS - Confederação Nacional da Agricultura

BALANÇO GERAL DO ATIVO E PASSIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1968

ATIVO

Conta	Parcial	Total
5.041 — Aluguéis a Receber	232.625,78	
5.042 — União Federal	36.896.052,59	
5.043 — Autarquias e Territórios Federais	3.195.941,56	
5.044 — Estados e Municípios	6.868.260,37	
5.045 — Emprêsas Filiadas ou Associadas — Débito	872.435.829,33	
5.049 — Contas Devedoras Diversas	182.056.727,16	1.394.038.040,29
RESULTADO PENDENTE		
VALÔRES DIFERIDOS E AMORTIZÁVEIS		
5.060 — Despesas Antecipadas	21.897.529,24	
5.062 — Prejuizos p/ Abandono de Linhas Férreas	1.573.084,06	
5.064 — Contas Duvidosas ou Incobráveis	9.821,93	
5.065 — Juros Durante a Construção	24 146,974 89	
5.067 — Prejuízos Amortizáveis Diversos	125.108,74	
5.068 — Valôres Diferidos e Amortizáveis Diversos	96.381 928,88	
5.069 — Lucros e Perdas — Saldo Devedor	7.152 837,38	151.287.285,12
CONTAS DE RETIFICAÇÃO DO PASSIVO		
5.079 — Contas Diversas de Retificação do Passivo		268.389,20
TOTAL DO ATIVO REAL		2.277.532.561,63
ATIVO DE COMPENSAÇÃO		
5.080 — Titulos Recebidos em Caução	735.682,19	
5.081 — Titulos de Seguro de Fidelidade Funcional	227.697,21	
5.082 — Fianças e Garantias Recebidas de Terceiros	1.079.268,32	
5.083 — Bens de Terceiros	678.987,91	
5.089 — Valôres Ativos de Compensação Diversos	139.894.998,97	142.616.634,60
TOTAL GERAL		2.420.149.196,23

PASSIVO

Conta	Parcial	Total
5.139 — Tráfego Mútuo — Crédito	6.116.915,74	
5.140 — Credores por Depósitos	13.048.617,92	
5.141 — Credores por Caução em Dinheiro	1.922.725,76	
5.142 — Credores por Empréstimos	285.029 76	
5.143 — Créditos não Reclamados	457.823,61	
5.144 — Instituições de Previdência e Assistência Social	31.473.904,54	
5.149 — Credores Diversos	50.086.661,86	241.568.273,54
RESULTADO PENDENTE		
5.102 — Doações	1.690.355,50	
5.159 — Contas Diversas de Retificação do Ativo	1.540.560,55	3.230.916,05
TOTAL DO PASSIVO REAL		2.277.532.561,63
PASSIVO DE COMPENSAÇÃO		
5.180 — Credores por Cauções em Titulos	735.682,19	
5.181 — Garantias de Fidelidade Funcional	227.697,21	
5.182 — Garantias Diversas de Terceiros	1.079.268,32	
5.183 — Credores de Bens de Terceiros	678.987,91	
5.189 — Valôres Passivos de Compensação Diversos	139.894.998,97	142.616.634,60
TOTAL GERAL		2.420.149.196,23

OSCAR LEITE PIRES
Superintendente Geral de Finanças

LUIZ DIAS DE ALMEIDA
Chefe do Departamento de Contadoria
Contador — CRC-GB — 4.219

GEN. ANTONIO ADOLFO MANTA
Presidente

BALANCETE DA RECEITA E DESPESA DA GESTÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1968

PADRONIZAÇÃO DE CONTAS - PORTARIA N.º 8 DE 07-01-56 - M.V.O.P.

N.º DAS CONTAS	DÉBITO	NCR$	N.º DAS CONTAS	CRÉDITO	NCR$
3.100	Despesa do Exercício Ferroviário	768.184.325,85	3.000	Receita do Exercício Ferroviário	408.579.416,11
				Prejuízo do Exercício Ferroviário	359.604.909,74
		768.184.325,85			768.184.325,85
	Prejuízo do Exercício Ferroviário	359.604.909,74			
3.101	Despesa Patrimonial	2.138.365,00	3.001	Receita Patrimonial	2.046.377 92
3.102	Despesa de Empreendimentos Diversos	38.708.554,76	3.002	Receita de Empreendimentos Diversos	45.368.099,77
3.103	Impostos e Taxas	29.839,69	3.005	Receita de Trabalhos e Fornecimentos Destinados a Terceiros	4 731.392.97
3.104	Rendas Incobráveis	3,30	3.095	Ressarcimentos da União	107 354.148,98
3 105	Despesas de Trabalhos e Fornecimentos Destinados a Terceiros	4.779.396,81	3.099	Receitas não Especificadas	3.080.981,46
3 195	Despesas Ressarcíveis pela União	107.354.148,98		Saldo Devedor (Resultado das Estradas Deficitárias)	364 868.607.24
3.196	Serviços Gratuitos a Terceiros	11.700.48			
3.199	Despesas não Especificadas	45.746,32			
	Saldo Credor — (Resultado das Estradas Superavitárias)	14.776.943,26			
		527 449.608,34			527.449.608.34

OSCAR LEITE PIRES
Superintendente Geral de Finanças

LUIZ DIAS DE ALMEIDA
Chefe do Departamento de Contadoria
Contador — CRC-GB — 4 219

GEN ANTONIO ADOLFO MANTA
Presidente

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

EXERCÍCIO DE 1968

N.º DAS CONTAS	DÉBITO		NCR$
4.100	Lucros e Perdas — Saldo Anterior — Débito		
	Saldos Devedores	68.753.554,28	
	MENOS:		
	Saldos Credores	6.251.346,25	
	Saldo de 1967	62.502.208,03	
	MENOS:		
	Saldos de Lucros e Perdas das Estradas EFI, EFSC e VFRGS integrados com a incorporação ao Patrimônio-Liquido	2.880.805,13	59.621.402,90
4.101	Saldo Devedor das Contas da Gestão		
	Resultado das Estradas Deficitárias	364.868.607,24	
	MENOS:		
	Resultado das Estradas Superavitárias	14.776.943,26	350.091.663,98
4.103	Amortização de Prejuízos de Exercícios Anteriores		28.054,38
4.104	Perdas na Venda de Bens Patrimoniais		80,00
4.105	Diferença de Câmbio — Débito		12,95
4.106	Ajustes de Almoxarifados e Depósitos — Débito		1.934.325,53
4.107	Quota de Prejuízos pelo Abandono de Linhas Férreas		87.103,50
4.108	Superveniências Passivas		11.312.973,36
4.109	Insubsistências Ativas		4.220.151,42
4.199	Perdas Diversas		607.018,01
			427.902.786,03

N.º DAS CONTAS	CRÉDITO		NCR$
4.003	Lucros na Venda de Bens Patrimoniais		442.096,49
4.004	Doações		3.131.34
4.005	Diferença de Câmbio — Crédito		48.293,58
4.006	Ajustes de Almoxarifados e Depósitos — Crédito		8.683.604,02
4.007	Superveniências Ativas		10.757.858,28
4.008	Insubsistências Passivas		
	Regularização do Exercicio	2.354.827,94	
	Residuos de Subvenções de Exercicios Anteriores	33.207.766,11	35.562.594,05
4.098	Subvenção do Deficit Gestorial		364.868.607,24
4.099	Lucros Diversos		383.763.65
	Saldo Devedor Apurado		7.152.837,38
			427.902.786,03

OSCAR LEITE PIRES
Superintendente Geral de Finanças

LUIZ DIAS DE ALMEIDA
Chefe do Departamento de Contadoria
Contador — CRC-GB — 4.219

GEN. ANTONIO ADOLFO MANTA
Presidente

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FERROVIÁRIO

EXERCÍCIO DE 1968

3.000 — RECEITA DO EXERCICIO FERROVIARIO

1 — RECEITA DOS TRANSPORTES

Código	Discriminação	Valor
2.000	Passagens	76.835.989,51
2.001	Bagagens	101.895,14
2.002	Encomendas	4.899.026,97
2.003	Animais e Trens de Passageiros	63.204,77
2.004	Animais em Trens de Carga	15.113.580,29
2.005	Mercadorias	249.722.830,22
2.006	Mercadorias Depositadas a Entregar	1.330.299,05
2.007	Manobras de Carros e Vagões	75.566,52
2.008	Percursos e Estadias de Carros e Vagões	841.616,86
2.009	Taxas Diversas dos Transportes	126.564,87
2.015	Transportes de Malas Postais	2.044.586,08
2.016	Transportes Gratuitos	11.700,48
2.017	Complementação da União	24.523.805,91
2.019	Receita dos Transportes Diversos	954.754,77
		376.645.421,44

2 — RECEITA COMPLEMENTAR DOS TRANSPORTES

Código	Discriminação	Valor
2.020	Ingressos	93.482,11
2.021	Aluguéis ou Receitas de Carros Refeitórios	31.050,40
2.022	Armazenagens	423.454,97
2.023	Comissões sôbre Cobranças para Terceiros	8.131,15
2.024	Recebimentos e Entrega de Despachos a Domicílios	139.926,12
2.025	Receita dos Transportes Auxiliares em Estradas de Rodagens	1.559.074,20
2.026	Receitas dos Transportes Rodoviários	16.640.149,95
2.039	Receitas Complementares Diversas	758.306,01
		19.653.574,91

3 — RECEITA ACESSÓRIA DOS TRANSPORTES

Código	Discriminação	Valor
2.040	Rádio Telégrafo e Telefone	215.001,19
2.041	Concessões e Autorizações Diversas	725.855,23
2.042	Venda de Materiais Inservíveis	6.900.926,23
2.043	Fornecimento de Agua	141 919,47
2.044	Fornecimento de Energia Elétrica	540.616,04
2.04[illegible]	Aluguéis de Próprios	1.010 297,40
2.099	Receitas Acessórias Diversas	2 745.804,20
		12.280 419,76

	Valor
TOTAL DA RECEITA	408.579 416,11
PREJUIZO DO EXERCICIO RODOVIARIO	359 604 909,74
	768 184 325,85
A transportar	768 184 325,85

3.100 — DESPESA DO EXERCICIO FERROVIARIO

2.1 — CONSERVAÇÃO DA VIA PERMANENTE, EDIFICIOS E INSTALAÇÕES

Código	Discriminação	Valor
2.100	Administração Geral	16.327.325,89
2.101	Conservação do Leito da Linha	32.098.629,47
2.102	Trens de Serviço da Via Permanente	3.956 979,92
2.103	Conservação de Túneis e Galerias	147.013,86
2.104	Conservação de Viadutos, Pontes, Pontilhões e Bueiros	3 692.216,57
2.105	Conservação de Linhas Elevadas	1.890,63
2.106	Dormentes	16.379.480,14
2.107	Trilhos e Acessórios	10.933 651,27
2.108	Aparelhos de Mudança de Via	1.421.165 79
2.109	Lastro	4.670 205,79
2.110	Assentamento de Dormentes, Trilhos e Acessórios e Renovação de Lastro	23.161.650,97
2.111	Conservação de Cêrcas	709.163,11
2.112	Conservação de Passagens e Acessórios	124.172,38
2.113	Conservacão de Edifícios e Dependências	14.945.400,19
2.114	Conservação de Caixas D'água	893.567,56
2.115	Conservação de Depósitos de Combustíveis e suas Instalações	11.394,67
2.116	Conservação de Armazéns Cereais, Cais e Docas	4.791,07
2.117	Conservação de Hangares, Campos de Pouso e suas Instalações	984,03
2.118	Conservação de Linhas Telegráficas e Telefônicas	4.478.617,95
2.119	Conservação das Instalações de Sinais	5.078.588,18
2.120	Conservação de Instalações Radioelétricas	471.556,58
2.121	Conservação das Instalações de Fôrça Hidráulica	42.407,32
2.122	Conservação das Instalações de Energia Termo-Elétrica	5.590,99
2.123	Conservação de Edifícios para Estações e Sub-Estações de Energia Elétrica	241.598,81
2.124	Conservação das Instalações de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	3.735.708,19
2.125	Conservação de Máquinas para Estações e Sub-Estações de Energia Elétrica	1.087 766,92
2.126	Conservação de Máquinas da Via Permanente	1 577 400,66
2.127	Ferramentas e Utensílios para Conservação da Via Permanente	2 931 239 17
2.128	Despesas Improdutivas de Pessoal	23 366 937 03
2.129	Seguros	4 441 86
2.131	Baixas	157 358 40
2.199	Despesas Não Especificadas	3 244 444 59
		175 903 340,56

2.2 — MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO DOS TRANSPORTES

Código	Discriminação	Valor
2.200	Administração Geral	10 847 697 23
2.201	Manutenção de Locomotivas a Vapor	9 760 118 31
2.202	Manutenção de Locomotivas Elétricas	2 816 637 50
2.203	Manutenção de Lomotivas Diesel-Elétricas	23 52[illegible] 452 70
2.204	Manutenção de Automotrizes	722 571 76
2.205	Manutenção de Vagões	42 541 077 75
2.206	Manutenção de Carros	38 827 894 [illegible]6
2.207	Manutenção de Material Flutuante	61 523 32
2.208	Manutenção do Material Aéreo	12 866 09
2.209	Manutenção do Material Rodante Flutuante e Aéreo em Serviço da Estrada	4 [illegible] 08

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FERROVIÁRIO

EXERCÍCIO DE 1968

Transporte 768.184.325,85

Conta	Valor
2 210 — Manutenção do Material Auxiliar do Tráfego	723.621,36
2 211 — Despesas Improdutivas de Pessoal	19.338 301.08
2 212 — Seguros	603.21
2.214 — Baixas	56.820.70
2.215 — Trens de Serviço	192.617,69
2.216 — Manutenção de Trens Diesel Hidráulicos	868.075,16
2.217 — Manutenção de Locomotivas Diesel Hidráulicas	606.031,86
2.299 — Despesas não Especificadas	6.639.335,94
	162.453.276.40
2.3 — CUSTEIO DO DEPARTAMENTO COMERCIAL	
2.300 — Administração Geral	2.253.716,66
2.301 — Publicidade e Propaganda	45 486.73
2.302 — Despesas Improdutivas de Pessoal	320.544 51
2.303 — Seguros	638.46
2 306 — Trens de Serviço	225.36
2 307 — Publicidade e Propaganda para Terceiros	142.706,51
2 399 — Despesas não Especificadas	1.826,20
	2.765 144.43
2.4 — CUSTEIO DO TRÁFEGO, MOVIMENTO E TRAÇÃO	
2.400 — Administração Geral	18 181 575,11
2.401 — Pessoal das Estações	58.135.712,61
2 402 — Manobras — Tração a Vapor	4 440.749.59
2 403 — Manobras — Tração Elétrica	179.858,17
2.404 — Manobras — Tração Diesel	7..633.325 43
2.405 — Serviços no Cais para Carvão e Minérios	258,70
2 406 — Fornecimentos às Estações	3.520 065.32
2 407 — Tração a Vapor — Pessoal	7.432.563,27
2 408 — Tração Elétrica — Pessoal	3.648.147,84
2 409 — Tração Diesel-Elétrica Pessoal	15.855.087,07
2 410 — Automotrizes	692.292,33
2.411 — Combustíveis — Tração a Vapor	12.411.980,71
2.412 — Tração Elétrica	3 280.915,34
2.413 — Tração Diesel	38.519.750,51
2 414 — Água para Locomotivas e Trens	965 441.28
2 415 — Lubrificante para Locomotivas	3.260.115,05
2 416 — Fornecimentos Diversos às Locomotivas	1 408.134,61
2.417 — Manutenção de Depósitos e Abrigos de Locomotivas	7.247 435,53
2.418 — Condução de Trens	20.009.982,61
2.419 — Materiais e Outras Despesas para Manutenção dos Trens	5.606.932,42
2.420 — Materiais e Outras Despesas para Abastecimento dos Trens	816.463,32
2.421 — Sinalização	1.661.970,39
2.422 — Vigilância nas Passagens de Nível	307.322,65
2.423 — Serviço Telegráfico e Telefônico	7.802.936,92
2.424 — Recebimentos e Entregas a Domicílio	634.934,07
2.425 — Transportes Auxiliares Rodo-Ferroviário (Serviço Rodoviário)	7.594 128,49
2.426 — Transportes Auxiliares por Via Aquática	10.926,29
2.428 — Vasamento, Evaporação, Quebras e Danificações de Materiais	5 153.88
2.429 — Perdas e Avarias — Cargas	250.979,66
2.430 — Perdas e Avarias — Bagagens e Encomendas	195.706.32

A transportar 768.184.325,85

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FERROVIÁRIO

EXERCÍCIO DE 1968

Transporte	768.184.325,85
TOTAL GERAL	768.184.325,85

2 431 — Perdas e Avarias — Animais	37.351,12
2.432 — Baldeações	769.391,54
2.434 — Percurso, Estadia e Aluguéis de Carros e Vagões	442.901,85
2.437 — Despesas Improdutivas de Pessoal	28.765.085,66
2.438 — Seguros	7.395,33
2.440 — Baixas	2.792,06
2.441 — Trens de Serviço	226.539,22
2 499 — Despesas não Especificadas	2.655.347,64
	264.617.649,91
2.5 — CUSTEIO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
2.500 — Administração Geral	44.376.048,02
2.501 — Administração Econômica e Financeira	31.786.066,90
2.502 — Serviço Jurídico	3.385.025,77
2.503 — Acidentes do Trabalho	1.382.431.66
2.504 — Acidentes em Pessoas Estranhas à Estrada	340.004,43
2.505 — Danos em Bens Alheios	224 714.39
2.506 — Impostos e Taxas	372.790,15
2.507 — Contribuições para Instituições de Previdência e Assistência Social	55 867 432.80
2 510 — Ensino e Seleção Profissional	9 818 209.20
2.511 — Trens de Serviço	24 910.19
2.512 — Despesas Improdutivas de Pessoal	9.068.861 42
2.513 — Seguros	37.930.53
2.515 — Baixas	1 984,11
2.516 — Assistência Social Espontânea	4 809 123.32
2.599 — Despesas não Especificadas	949 381.66
	162 444 914,55
TOTAL GERAL	768 184 325 85

OSCAR LEITE PIRES
Superintendente Geral de Finanças

LUIZ DIAS DE ALMEIDA
Chefe do Departamento de Contadoria
Contador — CRC-GB — 4.219

GEN. ANTONIO ADOLFO MANTA
Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS DE 1967 E 1968

PADRONIZAÇÃO DE CONTAS - PORTARIA N.º 8 DE 07-01-56 - M.V.O.P.

ANO ANTERIOR 1967	CONTAS ATIVO	ANO CORRENTE 1968
	INVESTIMENTOS	
177.698.150,33	5.000 — Linhas Férreas e Equipamentos dos Transportes	246.530.557,99
4.958.157,82	5.002 — Melhoramentos de Linhas Férreas e de Equipamentos dos Transportes	7.807.895,99
5.686.846,24	5.003 — Renovação de Bens Patrimoniais	8.618.948,39
8.638.769,26	5.004 — Investimentos Custeados por Cotas de Aparelhamento ou Reaparelhamento	9.078.040,65
4.522.008,29	5.005 — Bens Estranhos ao Serviço de Transportes	5.436.082,64
177.362,88	5.006 — Títulos da Dívida Pública	1.222.570,48
228.304,90	5.007 — Títulos de Rendas Diversas	312.517,10
1.772,51	5.008 — Bens Excluídos do Serviço Ferroviário	1.772,40
539.985,60	5.009 — Investimentos em Emprêsas Filiadas ou Associadas	5.489.866,60
367 454.690,57	5.018 — Obras ou Aquisições em Andamento	370.174 447,97
1.714,247,80	5.019 — Outros Investimentos	1.747.940,18
571.620.296,20		656.420 640,39
	VALÔRES DISPONÍVEIS	
1.815.621,09	5.020 — Caixa Geral	1.464 021,71
11.275 952,30	5.021 — Pagadoria (ou Agentes Pagadores)	7.332 493,69
15.968,31	5.022 — Estações Conta de Caixa	27 674 21
3 244.265,39	5.023 — Renda em Trânsito	3.390.984,46
11.724.394,86	5.024 — Bancos e Correspondentes	21.702.146,39
1.000,00	5.029 — Valôres Disponíveis Diversos	1.000,00
28.077.201,95		33.918.320,46
	VALÔRES REALIZÁVEIS	
2.642.133,35	5.030 — Diversos Responsáveis	6.944.970,87
109.751.620,50	5.031 — Materiais nos Almoxarifados e Depósitos	135.040.573,80
119.774.870,19	5.032 — Material em Trânsito	86.903.070,45
20.616.338,13	5.033 — Obras Novas em Laboração nas Oficinas	20 463.289,66
2.392.518,41	5.034 — Títulos a Receber	4.392.537,34
3.381.392,07	5.035 — Depósitos Especiais e Cauções	4.989.596,07
4.917.331,95	5.036 — Bens em Poder de Terceiros	4.825.930,98
3.935.913,66	5.037 — Tráfego Mútuo — Débito	4.943.553,84
27.923.773,50	5.038 — Receita a Receber	23.694.149,25
632.556,64	5.039 — Receita a Liquidar ou Regularizar	154.931,24
1.213,77	5.040 — Juros e Dividendos a Receber	
25.371,64	5.041 — Aluguéis a Receber	232.625,78
31,724,615,49	5.042 — União Federal	36.896.052,59
1.726.560,67	5.043 — Autarquias e Territórios Federais	3.195.941,56
6.224.679,27	5.044 — Estados e Municípios	6.868.260,37
435.076.926,74	5 045 — Emprêsas Filiadas ou Associadas — Débito	872.435.829,33
162.128.331,80	5.049 — Contas Devedoras Diversas	182.056.727,16
932.876.147,78		1.394.038.040,29
	VALÔRES PARA FINS ESPECIAIS	
93.015,07	5.050 — Depositários do Fundo de Melhoramentos	91.104,96
89.301,69	5.051 — Depositários do Fundo de Renovação Patrimonial	87 478,96

ANO ANTERIOR 1967	CONTAS PASSIVO	ANO CORRENTE 1968
	PASSIVO NÃO EXIGÍVEL	
542.906.565,47	5 100 — Capital	631.554.472,00
1.090.355,50	5.102 — Doações	1.690.355,50
6.829 146,24	5.103 — Fundo de Melhoramentos	—
6.665.893,43	5.104 — Fundo de Renovação Patrimonial	—
150.246.222,93	5.109 — Fundos Diversos	194.310.034,14
707.738.183,57		827.554 861,64
	RESPONSABILIDADES ESPECIAIS DIVERSAS	
3.236.480,54	5.112 — Quota de Aparelhamento ou Reaparelhamento	2.214.267,94
35.017.558,65	5.113 — Responsabilidades Especiais Diversas	62.298.543,25
38.254 039,19		64.512.811,19
	RESPONSABILIDADES A LONGO PRAZO	
258.981 683,86	5.115 — Emprêsas Filiadas ou Associadas — Crédito	690.220.207,92
9 311,53	5.119 — Responsabilidades a Longo Prazo — Diversas	316.490,80
258.990.995,39		690.536.698,72
	RESPONSABILIDADES C/ GARANTIAS ESPECIAIS	
4.885.114.76	5.120 — Credores Hipotecários	4.641.820,75
345.078.928.26	5.129 — Credores c/ Garantias Especiais Diversas	333.288.492.70
349.964.043,02		337.930.313.45
	RESPONSABILIDADES CORRENTES	
13.896 977,30	5.130 — Títulos a Pagar	22 013 344 50
25.589.984,16	5.131 — Pessoal a Pagar	21.226 918.33
1 048 806,51	5.132 — Vencimentos e Salários não Reclamados	1 619 519.18
104 445.179,13	5.133 — Contas a Pagar	93.266.559,01
27.386.023,64	5.134 — Juros a Pagar	12 384,80
3.641.076,59	5.135 — Juros Corridos e não Vencidos	—
3.000,00	5.136 — Aluguéis a Pagar	37.868.53
4.055.340,33	5.139 — Tráfego Mútuo — Crédito	6.116.915.74
10.728.538,35	5 140 — Credores por Depósitos	13.048.617,92
1.333.099,48	5.141 — Credores por Cauções em Dinheiro	1.922.725 76
42.002,05	5.142 — Credores por Empréstimos	285.029,76
334.490,34	5.143 — Créditos não Reclamados	457.823,61
37.877.026,97	5.144 — Instituições de Previdência e Assistência Social	31.473.904,54
43.083.227,29	5.149 — Credores Diversos	50.086.661,86
273.464.772,14		241.568.273,54
	CONTAS DE RETIFICAÇÃO DO ATIVO	
46.328.389,86	5.150 — Fundo de Depreciação — Bens Destinados aos Transportes	46.335.818,23

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCICIOS DE 1967 E 1968

PADRONIZAÇÃO DE CONTAS - PORTARIA N.º 8 DE 07-01-56 - M.V.O.P.

ANO ANTERIOR 1967	CONTAS ATIVO	ANO CORRENTE 1968
3.783.050,76	5.053 — Depositários de Reservas e Fundos Diversos	15.863.755,06
364.375,38	5.055 — Depositários de Provisões Diversas	615.700,18
63.913,61	5.056 — Depositários de Cauções do Pessoal	46.641,61
14.892.443,34	5.059 — Valôres para Fins Especiais Diversos	24.895.205,40
19.286.099,85		41.599.886,17
	VALÔRES DIFERIDOS E AMORTIZÁVEIS	
29.621.294,15	5.060 — Despesas Antecipadas	21.897.529,24
1.586.155,59	5.062 — Prejuizos p/ Abandono de Linhas Férreas	1.573.084,06
8.120,87	5.064 — Contas Duvidosas ou Incobráveis	9.821,93
24.059.382,82	5.065 — Juros Durante a Construção	24.146.974,89
157.371,01	5.067 — Prejuizos Amortizáveis Diversos	125.108,74
91.457.480,41	5.068 — Valôres Diferidos e Amortizáveis Diversos	96.381.928,88
62.502.208,03	5.069 — Lucros e Perdas — Saldo Devedor	7.152.837,38
209.392.012,88		151.287.285,12
	CONTAS DE RETIFICAÇÃO DO PASSIVO	
2.769,30	5.073 — Acionistas	—
106.622,21	5.079 — Contas Diversas de Retificação do Passivo	268.389,20
109.391,51		268.389,20
	ATIVO DE COMPENSAÇÃO	
232.803,23	5.080 — Títulos Recebidos em Caução	735.682,19
373.116,07	5.081 — Títulos de Seguro de Fidelidade Funcional	227.697,21
712.640,84	5.082 — Fianças e Garantias Recebidos de Terceiros	1.079.268,32
650.442,91	5.083 — Bens de Terceiros	678.987,91
144.644.691,57	5.089 — Valôres Ativos de Compensação Diversos	139.894.998,97
146.613.694,62		142.616.634,60
1.907.974.844,79	**TOTAL GERAL DO ATIVO**	2.420.149.196,23

ANO ANTERIOR 1967	CONTAS PASSIVO	ANO CORRENTE 1968
392,92	5.151 — Fundo de Depreciação — Bens Estranhos aos Transportes	—
552.205,97	5.159 — Contas Diversas de Retificação do Ativo	1.540.560,55
46.880.988,75		47.876.378,78
	LUCROS DIFERIDOS	
2.065.836,58	5.160 — Provisões para Riscos	2.975.091,51
296.910,94	5.161 — Provisões Diversas	10.838,11
83.897.272,92	5.169 — Contas Diversas a Liquidar	64.559.187,02
86.060.020,44		67.545.116,64
	LUCROS E RESERVAS	
8.107,67	5.174 — Reservas Diversas	8.107,67
8.107,67		8.107,67
	PASSIVO DE COMPENSAÇÃO	
232.803,23	5.180 — Credores por Cauções em Titulos	735.682,19
373.116,07	5.181 — Garantias de Fidelidade Funcional	227.697,21
712.640,84	5.182 — Garantias Diversas de Terceiros	1.079.268,32
650.442,91	5.183 — Credores de Bens de Terceiros	678.987,91
144.644.691,57	5.189 — Valôres Passivos de Compensação Diversos	139.[illegible]
146.613.694,62		142.616.634,[illegible]
1.907.974.844,79	**TOTAL GERAL DO PASSIVO**	2.420.149.[illegible]

OSCAR LEITE PIRES
Superintendente Geral de Finanças

LUIZ DIAS DE ALMEIDA
Chefe do Departamento de Contadoria
Contador — CRC-GB — 4.219

GEN. ANTONIO ADOLFO MANTA
Presidente

BALANCETE DA RECEITA E DESPESA DA GESTÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1968

PADRONIZAÇÃO DE CONTAS - PORTARIA N.° 8 DE 07-01-56 - M.V.O.P.

N.° DAS CONTAS	NOMENCLATURA DAS CONTAS	ANO ANTERIOR 1967	ANO CORRENTE 1968
3.000	Receita do Exercicio Ferroviário	314.198.404,78	408.579.416,11
	Prejuizo do Exercicio Ferroviário	439.897.239,51	359.604.909,74
		754.095.644,29	768.184.325,85
3.001	Receita Patrimonial	1.467.222,16	2.046.377,92
3.002	Receitas de Empreendimentos Diversos	41.242.687,97	45.368.099,77
3.004	Subvenções e Auxilios	386.003.901.00	—
3.005	Receita de Trabalhos e Fornecimentos Destinados a Terceiros	3.453.059,76	4.731.392,97
3.095	Ressarcimentos da União	—	107.354.148,98
3.099	Receitas não Especificadas	2.570.685,74	3.080.981,46
		434 737.556,63	162.581.001,10
	Saldo Devedor (Resultado das Estradas Deficitárias)	49.557.536.49	364.868.607,24
	TOTAL GERAL	484.295.093,12	527.449.608,34

N.° DAS CONTAS	NOMENCLATURA DAS CONTAS	ANO ANTERIOR 1967	ANO CORRENTE 1968
3.100	Despesa do Exercicio Ferroviário	754.095.644,29	768.184.325,85
		754.095.644,29	768.184.325,85
	Prejuizo do Exercício Ferroviário	439.897.239.51	359.604.909,74
3.101	Despesa Patrimonial	1.914.584.49	2.138.365,00
3.102	Despesas de Empreendimentos Diversos	39.340.222,20	38.708.554,76
3.103	Impostos e Taxas	20.504.09	29.839,69
3.104	Rendas Incobráveis	—	3,30
3.105	Despesas de Trabalhos e Fornecimentos Destinados a Terceiros	3.191.195,34	4.779.396.81
3.109	Complementação de Aposentadoria e Pensões	1.478,97	—
3.195	Despesas Ressarciveis pela União	—	107.354.148,98
3.196	Serviços Gratuitos a Terceiros	—	11.700,48
3.199	Despesas não Especificadas	29.868.52	45.746,32
		484.295.093.12	512.672.665,08
	Saldo Credor (Resultado das Estradas Superavitárias)	—	14.776.943,26
	TOTAL GERAL	484.295.093.12	527.449.608,34

OSCAR LEITE PIRES
Superintendente Geral de Finanças

LUIZ DIAS DE ALMEIDA
Chefe do Departamento de Contadoria
Contador — CRC-GB — 4.219

GEN. ANTONIO ADOLFO MANTA
Presidente

CONTAS DE LUCROS E PERDAS DA ENTIDADE

PADRONIZAÇÃO DE CONTAS - PORTARIA N.° 8 DE 07-01-56 - M.V.O.P.

N.° DAS CONTAS	DÉBITO	ANO ANTERIOR 1967	ANO CORRENTE 1968
4 100	Lucros e Perdas — Saldo Anterior — Débito		59.621.402,90
4.101	Saldo Devedor das Contas da Gestão	49.557.536,49	350.091.663,98
4.103	Amortização de Prejuízos de Exercícios Anteriores	—	28.054,38
4.104	Perdas na Venda de Bens Patrimoniais	—	80,00
4.105	Diferença de Câmbio — Débito	118.069,00	12,95
4.106	Ajustes de Almoxarifados e Depósitos — Débito	244.804,59	1.934.325,53
4.107	Quota de Prejuízos pelo Abandono de Linhas Férreas	816.945,42	87 103,50
4 108	Superveniências Passivas	17.339.194.05	11.312.973,36
4 109	Insubsistências Ativas	8.780.632,11	4.220.151,42
4 199	Perdas Diversas	895.260,99	607.018,01
		77.752.442,65	427.902.786,03
		77.752.442,65	427.902.786,03

N.° DAS CONTAS	CRÉDITO	ANO ANTERIOR 1967	ANO CORRENTE 1968
4.003	Lucros na Venda de Bens Patrimoniais	—	442.096.49
4.004	Doações	—	3.131.34
4.005	Diferença de Câmbio — Crédito	83.511,14	48.293,58
4.006	Ajustes de Almoxarifados e Depósitos — Crédito	4.768 610.60	8.683 604 02
4.007	Superveniências Ativas	11.897.248.93	10.757 858,28
4.008	Insubsistências Passivas	1.900.516.06	35.562 594 05
4.098	Subvenção do Deficit Gestorial	—	364.868 607.24
4.099	Lucros Diversos	367 960.84	383 763 65
		19.017 847.57	420 749 948.65
	Saldo Devedor Apurado	58,734.595.08	7 152 837.38
		77 752 442.65	427 902 786 03

OSCAR LEITE PIRES
Superintandento Geral de Finanças

LUIZ DIAS DE ALMEIDA
Chefe do Departamento de Contadoria
Contador — CRC-GB — 4.219

GEN. ANTONIO ADOLFO MANTA
Presidente

62

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA 5109 FUNDOS DIVERSOS

1 — Para aumento de Capital		
1.1 — Cota Parte do Impôsto Único s/ Combustíveis e Lubrificantes		126.472.261,41
2 — Fundo para atender Convênio com o SENAI		1.371.149,10
3 — Outros Fundos		
Fundo p/ Renovação do Oleoduto	3.820.758,17	
Fundo p/ Expansão do Oleoduto	3.820.758,17	
Fundo p/ o Depto. de Assist. Ferrov.	3.156.981,39	
Fundo Nacional de Invest. Ferrov.	27.616.663,78	
Fundo de Garantia de Tempo de Serviço	16.360.956,17	
Fundo p/ Cons. e Rep. Patrim. Imob.	630.886,92	
Fundo para Acidentes	85.816,88	
Fundo p/ Invest. (Rec. v. Sucata)	5.891.684.45	
Fundo de Educação — Estado MG	139.167,86	
Fundo de Educação — Estado GB	353.486,44	
Fundo Escola Prof. Ferrov. Eng.º Rod.	54,60	
Fundo Educação	5.045.43	
Fundo de Assistência Social	404.014.92	
Fundo Coop. Ferrov. da EFDTC	30.000,00	
Fundo Especial Moradia	62.931,82	
Construção do trecho — Água Boa-Cianorte	2.900.000,00	
Construção do trecho Mafra-Lages	800.000,00	
Remodelação do trecho Eng.º Gutierrez-Guarapuava	100.000,00	
Taxa do DNEF	779,22	
Fundo p/ Aquisição de Carretas	1.002.88	
Fundo de Indeniz. Altiam. Pte. R. Grande	154.197 04	
Duodécimos Rec. Gov. Federal	21.437,49	
Convênio CPCAN	110.000,00	66.466.623.63
TOTAL		194.310.034,14

Anexo ao Balanço de 1968, conforme ofício 3.380 do Ministério dos Transportes e ofício 30427/68 do Tribunal de Contas.

LUIZ DIAS DE ALMEIDA
Chefe do Departamento de Contadoria
Contador — CRC-GB — 4.219

OSCAR LEITE PIRES
Superintendente Geral de Finanças

GEN. ANTONIO ADOLFO MANTA
Presidente

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS DE RECEITAS E DESPESAS DE EMPREENDIMENTOS DIVERSOS

EXERCÍCIO DE 1968

3.002 — RECEITAS DE EMPREENDIMENTOS DIVERSOS

Código	Conta	Valor
1	Pedreiras	430.340,00
5	Serrarias	208 632,94
6	Propriedades Agricolas e Agro-Pecuárias	47.479,82
7	Explorações Florestais (Hôrto)	372.176,45
9	Armazéns Órgãos Abastecedores de Pessoal	7.403.526,20
10	Produção de Energia para Fornecimento Exclusivo ao Público	653.434,01
11	Tipografia	1.058.280,93
12	Farmácia	278.176,07
13	Oficina de Reparos de Veiculos	3.511.310,57
14	Outras	6.258.663,13
14-A	Usinas para Tratamento de Dormentes	311.929,78
15	Hospitais	199.071,39
15-A	Oleoduto	12.296.508,27
15-B	Extração de Toras	67.509,58
16	Compensação a Ferrovia por Transportes Efetuados — Oleoduto	2 835.183,13
16-A	Produção Industrial	4 150.910,94
17	Setor de Dormentes e Madeiras	354 403,32
33	Oficinas Gerais	151.891,51
50	Fundição	122 899 06
60	Fabricação de Drenos	5.189,57
—	Setor de Cooperativas	2.088.278,71
—	Setor de Desenho e Impressão	49 258,72
—	Departamento de Assistência ao Ferroviário	975.302,47
—	Serviços Industriais	1.346 010,68
—	Setor de Relações Públicas	31.195,87
—	Receita de Exploração de Carros Restaurantes	160.536 65
		45 368 099,77

Anexo ao Balanço de 1968, conforme ofício 3.380 do Ministério dos Transportes e ofício 30427/68 do Tribunal de Contas.

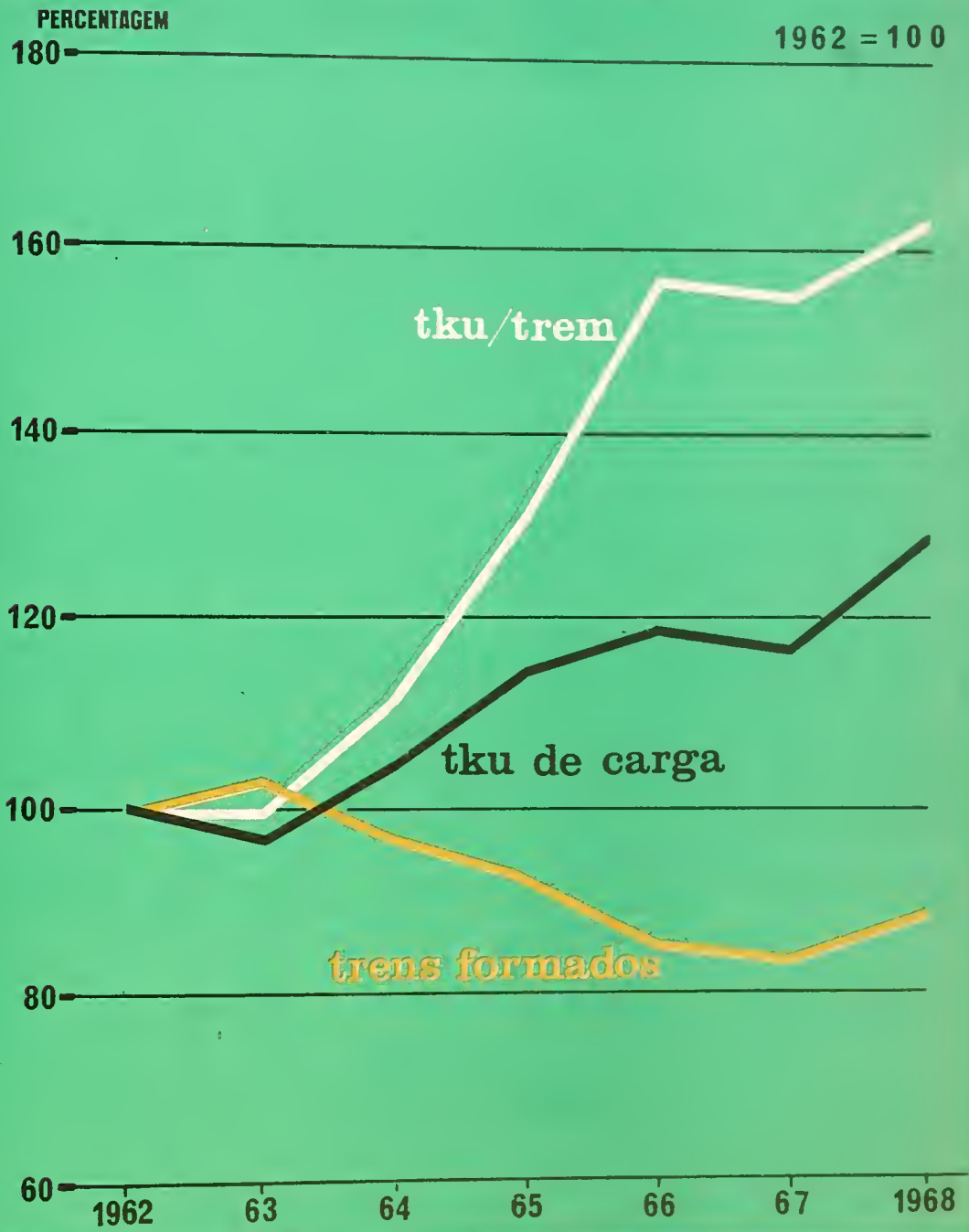
3.102 — RECEITAS DE EMPREENDIMENTOS DIVERSOS

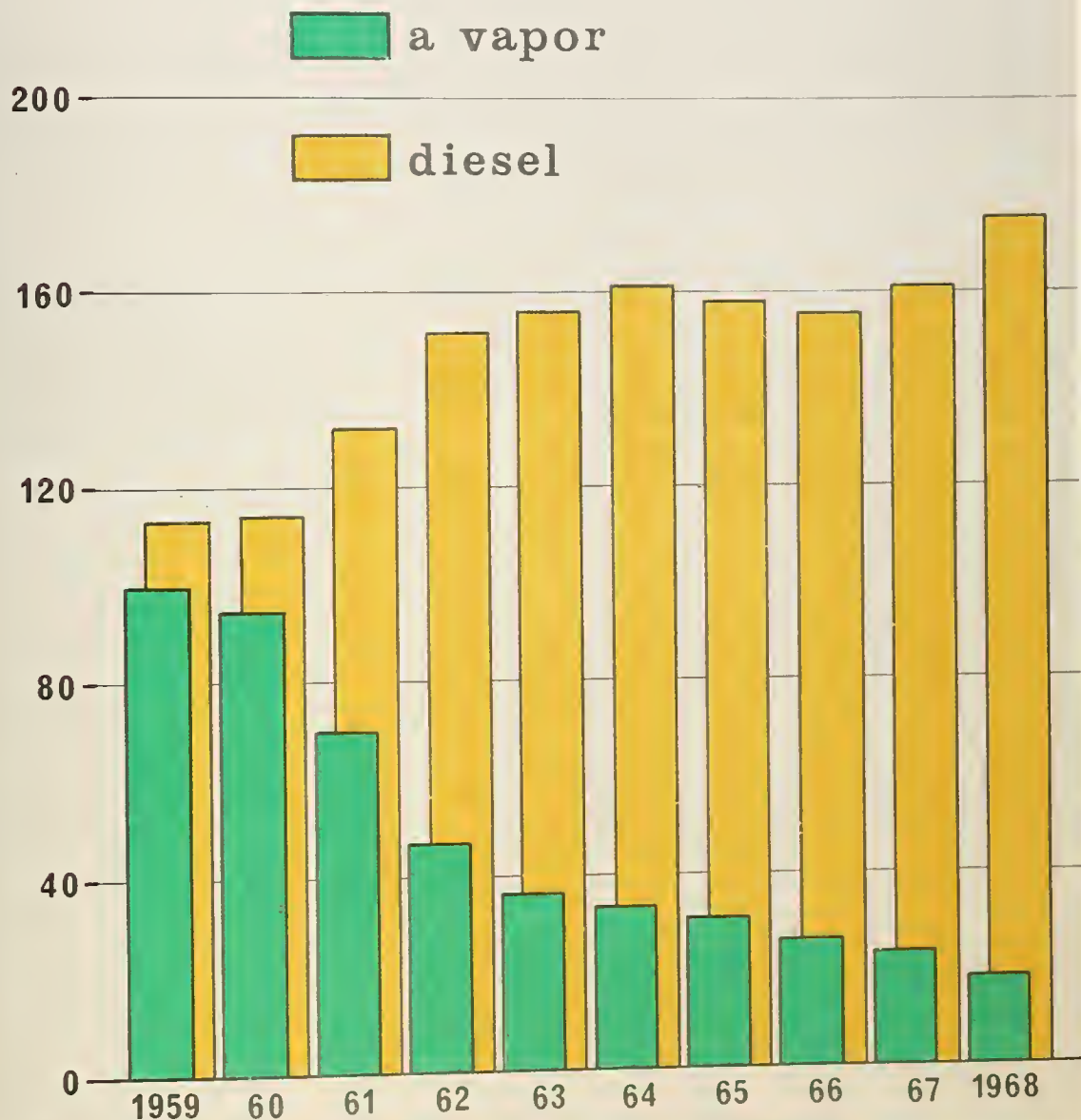
Código	Conta	Valor
1	Pedreiras	764.409,11
5	Serrarias	195.827,30
6	Propriedades Agricolas e Agro-Pecuárias	51.612,83
7	Explorações Florestais (Hôrto)	1.046.007,57
9	Armazéns Órgãos Abastecedores de Pessoal	7.042.204,10
10	Produção de Energia para Fornecimento Exclusivo ao Público	187.924,17
11	Tipografia	1.127.965,83
12	Farmácia	458.958,00
13	Oficina de Reparos de Veiculos	2.812.693,12
14	Outras	5.679.106,40
14-A	Usinas Para Tratamento de Dormentes Oficinas Gerais, Fundição, Extração de Toras e Fábrica de Drenos	659.419,50
14-B	Extração de Areia	35 174,95
15	Hospitais	316.962,03
15-A	Oleoduto	5.052.836,31
16	Produção Industrial	4 973 200,72
17	Setor de Dormentes e Madeiras	762.630,67
—	Setor de Cooperativas	3 212.213,34
—	Setor de Desenho e Impressão	139.658,48
—	Comissariado	577.317,14
—	Departamento de Assistência ao Ferroviário	2.266 422,51
—	Serviços Industriais	1.346.010,68
		38.708.554,76

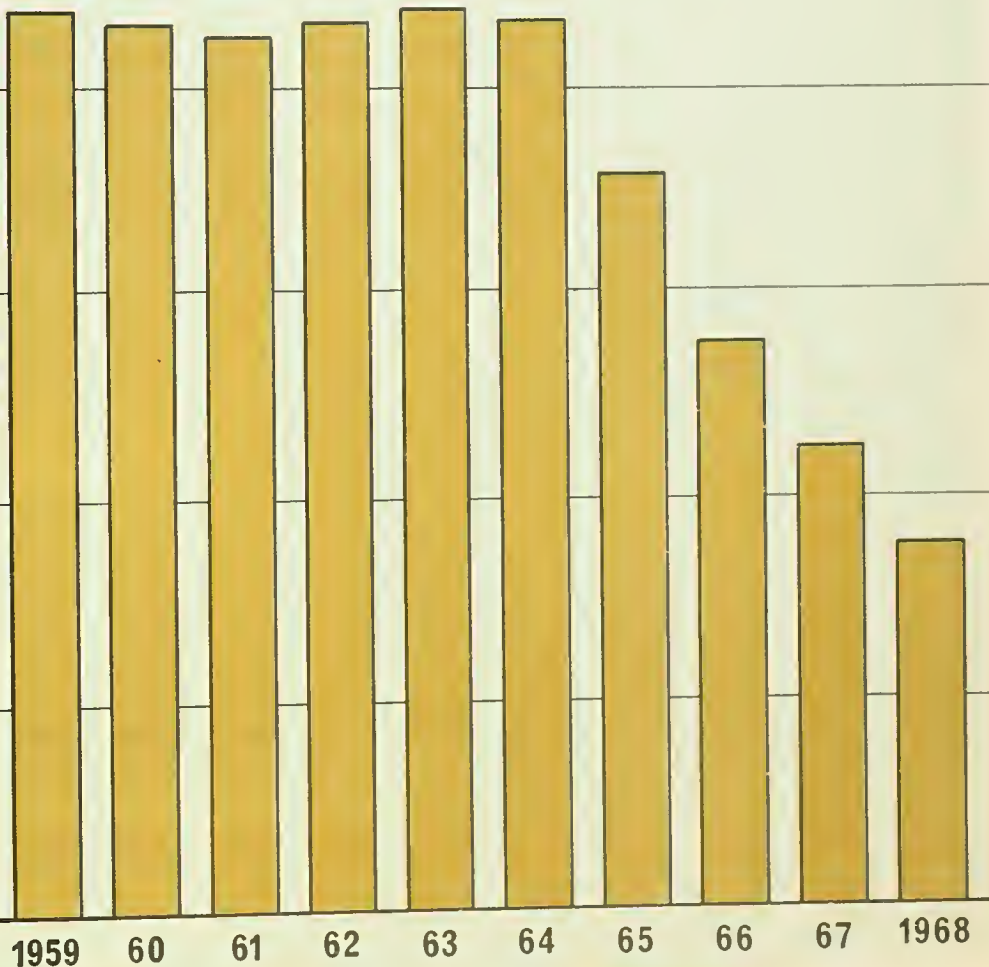
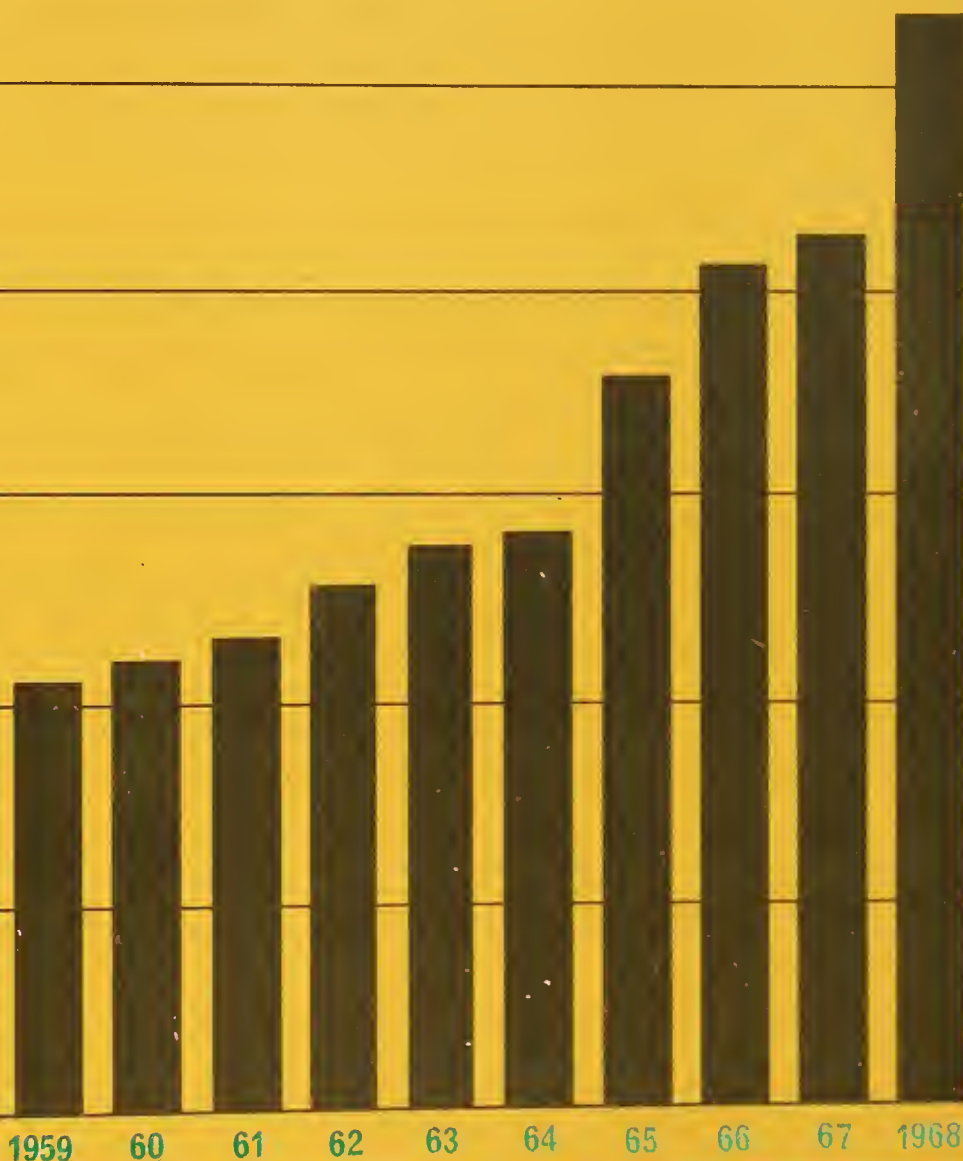
OSCAR LEITE PIRES
Superintendente Geral de Finanças

LUIZ DIAS DE ALMEIDA
Chefe do Departamento de Contadoria
Contador — CRC-GB — 4.219

GEN. ANTONIO ADOLFO MANTA
Presidente

Carga Geral
PERCENTAGEM
1962 = 100
180
160
140
120
100
80
60
tku/trem
tku de carga
trens formados
1962
63
64
65
66
67
1968

Densidade Média de Tráfego
PERCENTAGEM
170
160
150
140
130
120
110
1958 = 100
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68

Locomotivas em Tráfego
PERCENTAGEM
1958 = 100
240
200
160
120
80
40
0
a vapor
diesel
1959
60
61
62
63
64
65
66
67
1968

RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A.
Mercadorias
PERCENTAGEM
1958=100
170
150
130
110
90
70
50
transporte
percurso médio
receita deflacionada
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68

Pessoal Empregado

Produtividade
tkm úteis/empregado
1958 = 100
PERCENTAGEM
190
170
150
130
110
90
70
1959
60
61
62
63
64
65
66
67
1968

REGIONAL NORTE — ENG.º ELZIR DE ALENCAR ARARIPE CABRAL
AV. MARQUÊS DE OLINDA, 262 - RECIFE

REGIONAL CENTRO — ENG.º PEDRO AFFONSO DA ROCHA SANTOS
ED. PEDRO II - SALA 451

REGIONAL CENTRO-SUL — ENG.º EDUARDO ANTONIO DE CAMARGO FIDELIS
ESTAÇÃO DA LUZ - 1.º ANDAR

REGIONAL SUL — ENG.º JOSÉ TEÓFILO DOS SANTOS
PALÁCIO DO COMÉRCIO - PÔRTO ALEGRE

COORDENADORES DAS REGIONAIS

CIA. EDITÔRA GRÁFICA BARBERO

E. F. CENTRAL DO BRASIL
ENG.º FRANCISCO CRUZ

E. F. LEOPOLDINA
ENG.º PAULO FLORES DE AGUIAR

RÊDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE
ENG.º EMERSON LOUREIRO JATOBÁ

'A

.LO

MELO SOARES

DENTES